

ESFERA DE ATUAÇÃO ESTATAL: PERIGOS DA POLÍTICA DE ESTADO MÍNIMO

Diego Freire Calegari*

Resumo: O Estado, que na contemporaneidade teve seu auge de poder centralizado representado pelo modelo soviético de governo, no qual todas as decisões impactantes na sociedade passavam pelo crivo estatal, encontra, atualmente, sua atuação limitada e acorrentada aos interesses privados de corporações e de grupos políticos detentores de poder e influência, abandonando seu objetivo, ao menos teórico, de buscar o bem comum de toda a sociedade. A problemática principal dessa diminuição do papel do Estado sobre a sociedade e, em contrapartida, o crescimento da influência da iniciativa privada sobre a mesma, é a finalidade e objetivo de ambos. Enquanto o Estado deve ser impessoal e gerir suas políticas tendo a sociedade como um todo, objetivando o bem comum dessa, a iniciativa privada objetiva, pura e simplesmente, o lucro. Neste trabalho será feita uma análise crítica sobre esses aspectos, buscando demonstrar o quanto é perigoso limitar o Estado e transformar áreas que antes eram parte de seu monopólio de atuação, em negócios lucrativos manejados por corporações.

Palavras-Chave: Estado, Estado mínimo, Neoliberalismo, Atuação Estatal, Iniciativa Privada, Corporações.

Abstract: The state, which had in contemporary your heyday of centralized power represented by the Soviet model of government, in which all decisions impacting in society passed

* Formado em Direito pela Universidade Estadual de Maringá e pós-graduado em Direito do Estado - com ênfase em Direito Constitucional - pela Universidade Estadual de Londrina (lato sensu). Servidor público do Estado do Paraná.

through the sieve of state, is currently limited in your performance and chained to the interests of corporations and political groups holders of power and influence, abandoning his original goal, at least theoretical, to seek the common good of all society. The main issue of this diminishing role of the State over society and, conversely, the growing influence of private about it, is the purpose and goal of both. While the State should be impersonal and manage their policies with society as a whole, aiming at the common good, the private initiative aims simply, profit. This work will be a critical analysis of these aspects in order to demonstrate how dangerous it is to limit the State and transform areas that were once part of their monopoly of expertise in profitable businesses managed by corporations.

Keywords: State, Minimum State, Neoliberalism, Statal Activity, Private initiative, Corporations, Privatization.

INTRODUÇÃO



associação dos indivíduos pela necessidade de sua sobrevivência trouxe, consigo, os conflitos inerentes aos interesses particulares de seus associados. Difícil seria imaginar o convívio social harmonioso sem uma instituição capaz de representar a todos, e ao mesmo tempo, amenizar o conflito derivado dos interesses particulares de cada um.

Durante séculos o Estado, em seu caráter genérico, exerce esse papel, transformando-se e aperfeiçoando-se a cada revolução, a cada expressão de descontentamento popular, acompanhando o ritmo da dinâmica social. Após a revolução francesa, transformou-se no que hoje é sua forma moderna: teoricamente mais representativo, porém restrito em sua atuação regulamentadora sobre os indivíduos e a economia.

Com o passar das décadas, apesar das restrições impos-

tas, o Estado continuava, a duras penas, com sua função de organizador social e gestor da economia na maioria das nações modernas, como forma de amenizar os conflitos de interesses da sociedade. Essas funções ganharam força após a crise de 1929, quando o Estado, limitado em sua ação sobre a economia, não pôde fazer nada contra a ganância dos particulares em busca de seus interesses (lucro), o que levou ao abalo da economia dos Estados Unidos da América e impactou sobre todos seus nacionais e a própria estrutura administrativa da nação.

No período que compreendeu as cinco décadas seguintes à 1929, a maioria dos Estados modernos buscou a implementação do “Welfare State” (Estado de bem-estar social), fortalecendo o papel organizador social do Estado, e em número menor, por vias mais radicais como o Socialismo, ou doutrinas nacionalistas como o Fascismo. Em qualquer uma delas, o Estado, como instituição, encontrava-se fortalecido e consolidado.

Isto se deve ao fato de que, na época, os nacionais desses Estados sentiam-se representados e defendidos. A União Soviética crescia com o esforço de seus operários e camponeses motivados pela promessa de uma sociedade igualitária, a Alemanha via seu parque industrial e seu território se expandirem rapidamente com o apoio de seu povo que sonhava transformá-la em uma potência, enquanto Reino Unido, Estados Unidos e outros países, conseguiam apoio popular através de uma vida confortável para seus cidadãos, políticas públicas moderadas, o sonho de ascensão social possível e a defesa da ideia da democracia e liberdade.

Nas décadas de 80 e 90 este cenário passa a mudar sobre forte influência da doutrina econômica denominada “Neoliberalismo”, representada, intelectualmente, pelo economista Milton Friedman. Ignorando propositalmente o ocorrido em 1929, os neoliberais passam a defender a restrição do poder estatal sobre a economia, o corte de programas sociais e servi-

ços públicos, argumentando que qualquer serviço que o Estado forneça poderia ser oferecido com melhor qualidade e, onerando menos a população, se fornecido pela iniciativa privada.

Países como Estados Unidos da América, na época governado por Ronald Reagan, e Inglaterra, governado por Margaret Thatcher, reduziram drasticamente os investimentos públicos e o controle do Estado sobre a economia. Consequentemente, a iniciativa privada aumentou sua atuação em setores que antes tinham forte participação do Estado, como a saúde, educação e segurança. Enquanto isso, diversos outros países subdesenvolvidos, entre eles o Brasil, privatizavam empresas estatais e cortaram gastos públicos, na esperança de crescimento econômico, guiados pela cartilha econômica conhecida como “Consenso de Washington”, elaborada pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) e outros organismos, como o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos.

A baixa qualidade dos serviços públicos, ou a inexistência desses, combinada a um Estado enfraquecido que atua de maneira ineficiente por seus nacionais, resulta em baixo apoio popular e exercício da cidadania. Na Europa porcentagens cada vez mais baixas de eleitores comparecem às urnas, enquanto no Oriente médio a população, descontente com governos ineficientes, organiza levantes e os destituem.

Em muitos Estados modernos a iniciativa privada, através das corporações, instituiu o que é denominado de Corporatocracia, um governo controlado, mesmo que implicitamente, por elas. Leis, política financeira, segurança “pública” e conflitos armados, todas as ações do Estado sendo direcionadas pelo interesse privado.

O Estado em crescente diminuição e o aumento da atividade privada no que antes era de seu monopólio, configuram o fim da funcionalidade ideal e original desse, dando primazia a interesses particulares, ou corporativos, em contrariedade da busca do bem comum. O Estado diminuto passa a existir ape-

nas como força repressora dos insatisfeitos e como socorro das grandes empresas. A descaracterização resulta não só apenas num perigo à sua própria existência, mas a toda sociedade que deveria representar.

1. ESTADO: ORIGEM E FINALIDADE

1.1 ORIGEM DO ESTADO

Há muito se estuda a formação do Estado e os motivos que levaram o indivíduo a associar-se a essa instituição, alienando sua liberdade natural para viver em sociedade. Apesar de não haver teoria inequívoca sobre sua origem, baseada em provas históricas incontestáveis, há diversas que tentam explicar as lacunas científicas à sua maneira. Dentre elas, a teoria contratualista influenciou fortemente as ciências econômicas e o Direito na modernidade. Defende essa que o Estado tem origem convencional, ou seja, surge de um acordo entre os indivíduos que decidem se associar, de maneira consciente e utilitária para todos¹.

Jean-Jacques Rousseau, filósofo que deu a teoria contratualista seu corpo final, afirmava que o Estado é convencional e resulta da vontade geral, que nada mais é que a soma da vontade manifestada pela maioria dos indivíduos. Para ele, os indivíduos reuniram-se como forma de conservação, organizando-se em uma associação que defendesse e protegesse o associado e os bens deste com a força comum. Esta associação dos indivíduos criaria, no lugar da pessoa particular de cada contratante, um corpo coletivo, uma pessoa pública, que viria a ser definida como Estado².

“Imediatamente, esse ato de associação produz, em lugar da

¹MALUF, Sahid. Teoria Geral do Estado. São Paulo: Editora Saraiva. 1991. pg. 65 e 66.

²ROUSSEAU, Jean-Jacques. Os Pensadores: Rousseau. São Paulo: Editora Nova Cultural. 1999. pg. 69 e ss.

pessoa particular de cada contratante, um corpo moral e coletivo, composto de tantos membros quantos são os votos da assembléia, e que, por esse mesmo ato, ganha sua unidade, seu eu comum, sua vida e sua vontade. Essa pessoa pública, que se forma, desse modo, pela união de todas as outras, tomava o nome de cidade e, hoje, o de república ou de corpo político, o qual é chamado por seus membros de Estado quando passivo, soberano quando ativo, e potência quando comparado a seus semelhantes.”

Assim como Rousseau, Engels, em seu estudo feito na obra “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, define o Estado como um produto de uma sociedade em determinada etapa de desenvolvimento. A sociedade, de acordo com ele, cria o Estado para amenizar os conflitos resultantes do convívio social.

“O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é "a realidade da idéia moral", nem "a imagem e a realidade da razão", como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da "ordem". Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado.³”

Temos portanto que a origem do Estado esta intimamente ligada à associação dos indivíduos, que esse é um fruto social, ou seja, uma construção histórica decorrente da necessidade humana de conviver em sociedade.

1.2 DA FINALIDADE DO ESTADO

³ENGELS, Friedrich. A Origem da família, da Propriedade Privada e do Estado. Trad. José Silveira Paes. 3 ed. São Paulo: Global, 1984.

Se o Estado se originou a partir da sociedade, sendo uma ferramenta para a manutenção de sua existência e progresso, não poderia se distanciar desta função, como alerta Engels, ou subvertê-la, transformando a sociedade em ferramenta ou escrava do Estado. Cabe lembrar, para tanto, que para as teorias contratualistas, a formação desse decorre de uma convenção geral dos indivíduos que se associam, e portanto, qualquer distanciamento do Estado para com os associados significaria o rompimento do contrato. Neste sentido Rousseau explica:

“Mas o corpo político ou o soberano, não existindo senão pela integridade do contrato, não pode obrigar-se, mesmo com outrem, a nada que derogue esse ato primitivo, como alienar uma parte de si mesmo ou submeter-se a um outro soberano. Violar o ato pelo qual existe seria destruir-se, e o que nada é nada produz. (...) Ora, o soberano, sendo formado tão só pelos particulares que o compõem, não visa nem pode visar a interesse contrário ao deles (...)”⁴

Isto posto, tem-se que a finalidade do Estado, como instituição necessária a existência social, nada mais é que a de gerir e organizar, de forma consonante à vontade dos que dispõem sua liberdade natural à tutela dele, a sociedade. A respeito disto, Rousseau discorre sobre os “limites do poder soberano” no capítulo IV de seu livro “Do Contrato Social”:

“Assim como a natureza dá a cada homem poder absoluto sobre todos os seus membros, o pacto social dá ao corpo político um poder absoluto sobre todos os seus, e é esse mesmo poder que, dirigido pela vontade geral, ganha, como já disse, o nome de soberania. (...) Os compromissos que nos ligam ao corpo social só são obrigatórios por serem mútuos, e tal é sua natureza, que, ao cumpri-los, não se pode trabalhar por outrem sem também trabalhar para si mesmo. Porque é sempre certa a vontade geral (...)”⁵

⁴ROUSSEAU, Jean-Jacques. Os Pensadores: Rousseau. São Paulo: Editora Nova Cultural. 1999. pg. 74.

⁵ROUSSEAU, Jean-Jacques. Os Pensadores: Rousseau. São Paulo: Editora Nova Cultural. 1999. pg. 95 e 96.

A finalidade do Estado idealizada por Rousseau encontra-se longe da realidade atual. Corrompido pelos interesses da burguesia, o Estado contemporâneo encontra-se mais próximo da funcionalidade definida por Engels, agindo como amortecedor dos choques derivados dos conflitos de classe e como facilitador dos objetivos da classe dominante, do que executor da vontade geral e responsável pelo progresso social. Apontamentos sobre esta afirmação são feitos por Bobbio, em seu “Dicionário Político”:

“Os direitos fundamentais representam a tradicional tutela das liberdades burguesas: liberdade pessoal, política e econômica. Constituem um dique contra a intervenção do Estado (...) a burguesia conseguiu criar um Estado dependente, no que respeita à disponibilidade financeira, às suas concessões.”⁶

No entanto, esta realidade não é imutável, e sendo o Estado um produto social, as transformações da sociedade refletem diretamente em seu modo de organização, objetivo e função. Isto pode ser observado em diversos acontecimentos históricos, principalmente revoluções. A revolução russa de 1917 levou a uma nova organização estatal, a uma nova política econômica, e a transformação do Direito. No Brasil, a redemocratização, fruto do desejo popular, deu fim ao governo militar e gerou uma nova constituição, baseada em novos princípios e constituindo novos direitos.

1.2.1 DA FINALIDADE DO ESTADO NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA

A Constituição Federal brasileira de 1988, elaborada em conjunto pelas forças políticas responsáveis pelo fim do regime militar, traz em seu conteúdo enormes mudanças impulsionadas pelo momento histórico no qual o país se encontrava.

Assegura esta, em caráter geral, não apenas a liberdade

⁶BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13ª ed. 2007. Vol. I. pg. 401 e 402.

e direitos individuais mas, também, os coletivos e sociais. Recobra neste ponto a função primordial do Estado de acordo com a teoria contratualista: a busca do bem comum e a subordinação à vontade geral. Neste sentido, declara em seu artigo 1º, parágrafo único e no inciso IV do Art. 3º, respectivamente:

“Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.”

“Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

(...)

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”

Em nosso continente, a burguesia nacional sempre foi subserviente à interesses estrangeiros desde a independência frente as suas metrópoles até os dias de hoje, motivo que levou o Estado a definir como sua responsabilidade uma gama de atividades onerosas e de interesse nacional.⁷

Definiu como seu dever o desenvolvimento e manutenção de setores necessários à proteção e progresso social. Áreas de interesse coletivo, como educação, saúde e segurança pública que caso fossem deixadas à iniciativa particular, poderiam não abranger a população em geral ou atingir seu fim. No caso brasileiro, não foi diferente, vide os artigos da Constituição Federal abaixo citados:

Art. 21. Compete à União:

(...)

IX – elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

X – combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores

⁷GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 25ª ed. 1987. Pg. 128

desfavorecidos;

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar, que disporá, inclusive, sobre:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Tem-se, portanto, que a Constituição Federal impõe ao Estado a função de zelar pela organização e desenvolvimento da sociedade, assumindo para si áreas de interesse coletivo, e regulamentando as demais, inclusive a econômica, em prol da coletividade. Direcionar a força pública para caminhos diversos seria um contra-senso à sua fundamentação legal, podendo gerar um desacordo com o povo, detentor de todo o poder, segundo a própria Constituição.

2. DA DESCARACTERIZAÇÃO DAS FUNÇÕES DO ESTADO

Independentemente do objetivo fundacional do Estado, sendo o de amenizar os conflitos inerentes do convívio social, ou, o da busca pelo bem comum e sobrevivência dos indivíduos associados, manter uma estrutura administrativa para gerenciar toda uma sociedade não é algo simples.

Oferecer serviços públicos diversificados, que atendem diversos segmentos sociais, é um dever do Estado necessário

tanto para amenizar conflitos, quanto para buscar o bem comum, mas nem sempre agrada a toda população. Indivíduos menos abastados financeiramente, muitas vezes necessitam de serviços públicos que para os demais são desnecessários.

O que ocorre, no entanto, é que o desenvolvimento social completo, beneficia a todos, e não apenas a alguns. Esta dificuldade de visualizar o benefício individual no atendimento dos anseios gerais é tratada por Rosseau no “Contrato Social”:

“Cada indivíduo, com efeito, pode, como homem, ter uma vontade particular, contrária ou diversa da vontade geral que tem como cidadão. Seu interesse particular pode ser muito diferente do interesse comum. Sua existência, absoluta e naturalmente independente, pode levá-lo a considerar o que deve à causa comum como uma contribuição gratuita, cuja perda prejudicará menos aos outros, do que será oneroso o cumprimento a si próprio. Considerando a pessoa moral que constitui o Estado como um ente de razão, porquanto não é um homem, ele desfrutará dos direitos do cidadão sem querer desempenhar os deveres de súdito – injustiça cujo progresso determinaria a ruína do corpo político.”⁸

Este fato faz com que alguns indivíduos desta sociedade se reúnam em grupos com objetivos comuns para direcionar a máquina estatal de acordo com seus interesses, descaracterizando a função do Estado tanto na persecução do bem comum, quanto em amenizar os conflitos de diferentes classes, acabando por os acentuar.

Atualmente, estes grupos corrompem, quando considerado ilegal, ou influenciam, quando a prática é autorizada (como nos Estados Unidos da América através do financiamento privado das campanhas e do Lobby) os políticos que deveriam ser representantes de toda a população. Pressionam para que determinadas leis sejam favoráveis a seus interesses, contaminando o Estado com a vontade particular. Essa intervenção na máquina estatal acaba por descaracterizar não só sua essên-

⁸ROUSSEAU, Jean-Jacques. Os Pensadores: Rousseau. São Paulo: Editora Nova Cultural. 1999. pg. 75

cia, como sua estrutura, colocando em risco ambas, fundamentais para sua existência.

Dentre eles, os que representam interesses econômicos são os que mais prejudicam a atuação estatal e sua finalidade. Não atoa, a influência destes grupos em certos Estados é tão impactante que alteram a forma de governo e poder estabelecida, como no caso dos Estados Unidos da América, onde esta forma é denominada de Corporatocracia, por diversos críticos, devido a forte influência das corporações nas políticas do Estado.

2.1 O PAPEL DAS CORPORAÇÕES NA DESCARACTERIZAÇÃO DA ATUAÇÃO ESTATAL

De acordo com Joel Bakan, professor de Direito na Universidade de British Columbia, a corporação é definida como:

“um conjunto de vários indivíduos unidos em uma entidade, sob uma denominação especial, que tem uma perpétua sucessão de forma artificial e estão revestidos, por orientação da lei, da capacidade de agir, em vários aspectos como um indivíduo, em particular, de tomar e garantir propriedade, de contratar compromissos e de processar e ser processado, de desfrutar privilégios de imunidades em comum”.

Este ainda ressalta que, enquanto nas sociedades limitadas a lei responsabiliza os indivíduos, nas corporações a lei enxerga apenas a instituição corporativa.

Sua origem data do século XVI, quando surgem as primeiras corporações, em forma de sociedades anônimas, como solução ao financiamento de investimentos que exigiam um montante de capital superior ao que uma sociedade limitada, com recursos de poucos homens, poderia fornecer. A possibilidade de obter recursos de um número ilimitado de indivíduos, foi o que levou, no século XVII a proliferação das corporações, na Europa, para financiar empreendimentos de grande escala

da nascente industrialização.⁹

Em sua evolução histórica a forma corporativa sempre carregou consigo a consequente desregulamentação do Estado sobre seu exercício, sendo em 1825, na Inglaterra, quando foi revogado o “Bubble Act” - ato que proibia a forma corporativa no país devido a casos polêmicos de danos financeiros ao público inglês - ou em 1890, quando diversos Estados estadunidenses passaram a afrouxar sua legislação para atrair investimentos corporativos. Neste último caso, revogaram leis que exigiam que negócios fossem incorporados apenas por motivos restritos, amenizaram o controle sobre fusões e aquisições, criando a uma facilidade na formação de oligopólios corporativos.¹⁰

Devido a seu poder econômico e características específicas de sua forma jurídica, a corporação representa o que há de mais nocivo na iniciativa privada. Seus principais defensores, como Milton Friedman, afirmam que a função da corporação não é ter senso moral ou social, e sim gerar lucro para seus acionistas. Qualquer custo com responsabilidade social sem ter relação com geração de renda é uma descaracterização da função corporativa.

Bakan discorre sobre o poder das corporações e sua influência em um trecho de seu livro:

“Durante os últimos 150 anos, a corporação saiu de uma relativa obscuridade para se tornar a instituição econômica predominante no mundo. Hoje em dia, as corporações governam nossa vida. Determinam o que comemos, a que assistimos, o que vestimos, onde trabalhamos e o que fazemos. Estamos inevitavelmente cercados por sua cultura, iconografia e ideologia. E, como a Igreja ou a monarquia em outros tempos, elas se apresentam como infalíveis e onipotentes, glorificando a si mesmas com seus edifícios imponentes e sua ostentação bem planejada. Cada vez mais, as corporações ditam as deci-

⁹BAKAN, Joel. *A Corporação: a busca patológica por lucro e poder*. São Paulo: Novo Conceito Editora. 2008. Pgs. 9 e 17.

¹⁰Ibidem, pgs. 10 e 15.

sões de seus supostos supervisores no governo e controlam setores da sociedade assim que se instalam dentro da esfera pública”.¹¹

Algumas corporações tem faturamento anual superior ao PIB de diversos países, e não causa estranheza que por este fato exerçam mais influência na política mundial que estes. Para efeitos de fundamentação, A Shell, gigante do ramo do petróleo, faturou, no ano de 2011, 484 bilhões de dólares¹², enquanto o Paraguai país com aproximadamente 6 milhões de habitantes, teve PIB declarado de cerca de 42 bilhões de dólares¹³, praticamente dez vezes a menos que a corporação citada. Esta disparidade econômica faz com que interna e externamente as corporações exerçam forte pressão sobre os rumos políticos de uma nação supostamente soberana.

Em 1979, o então recém presidente do Equador, Jaime Roldós, um político nacionalista que acreditava que os recursos naturais do país deveriam ser utilizados com cautela e direcionados para uma reforma social, decidiu bater de frente com os interesses das corporações petrolíferas que estavam em atividade em seu país. Para isso orquestrou uma política conhecida como “Política dos Hidrocarbonetos”, onde o Estado deveria manter sua independência econômica e uma relação justa e equiparada com as petrolíferas, onde essas deveriam apresentar planos de auxílio para o progresso do país, ou deixá-lo. Neste momento as corporações petrolíferas passaram a atuar ativamente através de lobby tentando alterar a política conduzida no Equador com ofertas em dinheiro a políticos, e ameaças. Rol-

¹¹BAKAN, Joel. A Corporação: a busca patológica por lucro e poder. São Paulo: Novo Conceito Editora. 2008. pg. 5

¹²FOLHA DE S. PAULO. Shell lidera lista de maiores empresas da “Fortune”; Petrobras é a 23ª. 10 de Julho de 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1117908-shell-lidera-lista-de-maiores-empresas-da-fortune-petrobras-e-23.shtml>>. Acesso em: 15 de Julho de 2013 às 18:27.

¹³CIA. The World Factbook. Julho de 2013. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/pa.html>>. Acesso em: 15 de Julho de 2013 às 18:47.

dós não se intimidou e denunciou, publicamente, uma conspiração entre políticos e companhias de petróleo. Algumas semanas após enviar seu projeto de “Política de Hidrocarbonetos” ao congresso, Roldós morreu em uma queda de avião suspeita, acusada por diversos meios de comunicação latinos de “Assassinato orquestrado pela CIA”. Segundo testemunhas, o presidente já tomava precauções em relação a sua vida, sempre utilizando dois aviões quando pretendia viajar. Para evitar sabotagens, definia no momento qual deles utilizaria. No dia de sua morte foi convencido por um de seus agentes de segurança a usar o avião que cairia.

O próximo presidente eleito, Osvaldo Hurtado, curiosamente, viria a desfazer tudo que seu antecessor havia criado, inclusive criando um programa que aumentava drasticamente as explorações de petróleo pelas companhias de petróleo no Golfo de Guayaquil e na região amazônica¹⁴.

A interferência de corporações e da iniciativa privada nas políticas de Estados são mais antigas em nossa América Latina do que se possa imaginar pelo senso comum. Sua influência está sempre ligada aos grandes massacres, golpes militares, assassinatos e todo o tipo de desgraça que ocorreu na América no Século XX.

Por volta de 1900, a United Fruit Company, empresa estadunidense responsável por grandes plantações de banana, abacaxi e “ditadores”, já possuía suas próprias alfândegas, portos, ferrovias, e claro, polícia, pelos países da América Latina. Praticamente tornava-se proprietária desses mediante aquisições de grandes propriedades de terra, e como tal, gerenciava a política de acordo com seus interesses.

Na Colômbia, em 1928, tinha se tornado proprietária do maior latifúndio do país quando trabalhadores do plantio de bananas (principal produto da United Fruit Co.) decidiram rea-

¹⁴PERKINS, John. As confissões de um assassino econômico. São Paulo: Editora Cultrix. 2005. pgs. 156 e 157.

lizar uma grande greve. Curiosamente, na mesma época, o governo colombiano baixou um decreto oficial que autorizava os “homens da força pública” a punir pelas armas os grevistas, que pagaram com a vida em frente a uma estação ferroviária ¹⁵.

A situação se agravou, e a repressão política influenciada pela companhia também, quando a crise de 1929, e a queda no consumo dos produtos, estendeu-se por toda a extensão do império bananeiro. Diante das consequências da crise que a maioria dos trabalhadores nem havia ouvido falar, surgiu o descontentamento com as demissões em massa e demandas pela reforma agrária, algo que todo latifundiário treme apenas em imaginar, sendo reivindicada por toda a América Latina, e teve uma resposta “apropriada” dos ditadores de plantão.

Na Nicarágua, marines estadunidenses auxiliavam o país no combate de guerrilheiros liderados por Augusto César Sandino, em sua maioria camponeses, defendendo o interesses de suas empresas na região. O assassinato do guerrilheiro, a caminho de uma reunião com o governo, levou o país a uma ditadura encabeçada por Anastasio Somoza, seu assassino, que admitiu ter recebido ordens do embaixador estadunidense Arthur Bliss Lane.

Na Guatemala, Jorge Ubíco, então presidente do país, isentou de responsabilidade criminal os fazendeiros plantadores de café e banana, por meio do decreto nº 2795, em meio as comoções pelas quais passava o país, o que na prática foi uma autorização de matar qualquer um que ameaçasse a propriedade desses, sem nenhuma responsabilização posterior.

Após uma revolução de tendência liberal que levou a queda de Ubíco, o novo presidente, Juan José Arévalo, promoveu uma reforma trabalhista, protegendo trabalhadores dos campos e das cidades, e não impediu a criação de diversos novos sindicatos que acabaram por fragmentar o poder da United

¹⁵GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 25ª ed. 1987. Pgs. 119 e 121

Fruit Co. na região. Em seu discurso final, declarou que teve que lidar com 32 conspirações financiadas pela empresa. Seu sucessor, Jacobo Árbenz, aprofundou as reformas políticas, aumentou o poder do Estado sem o auxílio de bancos estrangeiros, e com a criação de novas linhas de transportes e portos estatais, diminuiu ainda mais o poder da empresa estadunidense no país. Em 1952 pôs em prática uma reforma agrária que beneficiou 100 mil famílias, e ainda que atingisse apenas terras improdutivas e pagasse indenização em forma de bônus aos antigos proprietários, não foi bem recebida pela United Fruit e seu “exército” pessoal: as forças armadas dos Estados Unidos da América. No ano de 1954, uma “operação de libertação” contra o suposto “governo comunista” ocorreu no país, comandada por embaixadores estadunidenses e felicitada por Allen Dulles, número um da CIA na época, e antigo membro da direção da United Fruit Co., que teve sua cadeira ocupada por outro dirigente da CIA: o general Walter Bedel Smith. Após a invasão, as terras da United Fruit Co. desapropriadas pela reforma agrária foram devolvidas à empresa¹⁶.

Em 1935, um comandante da marinha dos Estados Unidos da América resumia desta forma as expedições de que fez parte em defesa do país, da liberdade e democracia:

“Passei 33 anos e 4 meses no serviço ativo, como membro da mais ágil força militar deste país: o Corpo de Infantaria da Marinha. Servi em todas as hierarquias, desde segundo tenente até general de divisão. E durante todo este período, passei a maior parte do tempo em funções de pistoleiro de primeira classe para os Grandes Negócios, para Wall Street e para os banqueiros. Em uma palavra, fui um pistoleiro do capitalismo... Assim, por exemplo, em 1914 ajudei a fazer com que o México, e em especial Tampico, se tornassem uma presa fácil para os interesses petrolíferos norte-americanos. Ajudei a fazer com que o Haiti e Cuba fossem lugares decentes para a cobrança de juros por parte do National City Bank... Em

¹⁶GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 25ª ed. 1987. Pgs. 123 à 128

1909-1912 ajudei a purificar a Nicarágua para a casa bancária internacional Brown Brothers. Em 1916, levei a luz à República Dominicana, em nome dos interesses açucareiros norte-americanos. Em 1903, ajudei a ‘pacificar’ Honduras em benefício das companhias frutíferas norte-americanas.”¹⁷

A história é a maior testemunha dos crimes que o interesses de corporações e da iniciativa privada promoveram ao corromper as decisões políticas de todos: oprimidos e opressores. Da criação de leis que autorizaram o massacre de camponeses descontentes na América Central à utilização de uma das mais poderosas forças armadas do mundo, consta, ao lado das assinaturas de políticos responsáveis por estas decisões, a rubrica de diretores de corporações.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE ESTADO MÍNIMO

Não é apenas arquitetando golpes de Estado, invasões e leis que oprimem o trabalhador descontente que as corporações e grandes empresários atingem seus objetivos. Outro passatempo de seus representantes é sucatear a estrutura funcional do Estado e de suas áreas de atuação para que depois, sob alvo de diversas críticas da mídia, e da população influenciada por este setor, sejam entregues à iniciativa privada a preços módicos.

O processo de desestruturação do Estado e a ineficiência da prestação de seus serviços em determinadas áreas — exceto a segurança pública, pois garante a proteção da propriedade dos que arquitetam este processo — é proposital, pois a privatização gera enormes lucros aos interessados no desmonte da estrutura estatal.

3.1 ESTADO FRACO, ESTADO EM CRISE

Na antiga União Soviética, o processo de reforma polí-

¹⁷Ibidem. Pg. 120.

tica e abertura ao capitalismo se deu sobre os argumentos de que manter a antiga estrutura era inviável e que o modelo econômico de um Estado interventor criaria entraves a recuperação econômica da recém-criada Federação Russa. O desastre que se seguiu a partir das reformas e sobre o comando do reformista Boris Yeltsin é de conhecimento público: agravamento da crise econômica, acréscimo da corrupção, e claro, a formação de uma oligarquia empresarial que se tornou bilionária do dia para noite com os processos de privatização, e a propagação da miséria para grande parte da população¹⁸.

Não à toa, o próximo presidente que o país elegeu, e mantém no poder até hoje, hora como Primeiro-ministro, hora como Presidente, foi Vladimir Putin.

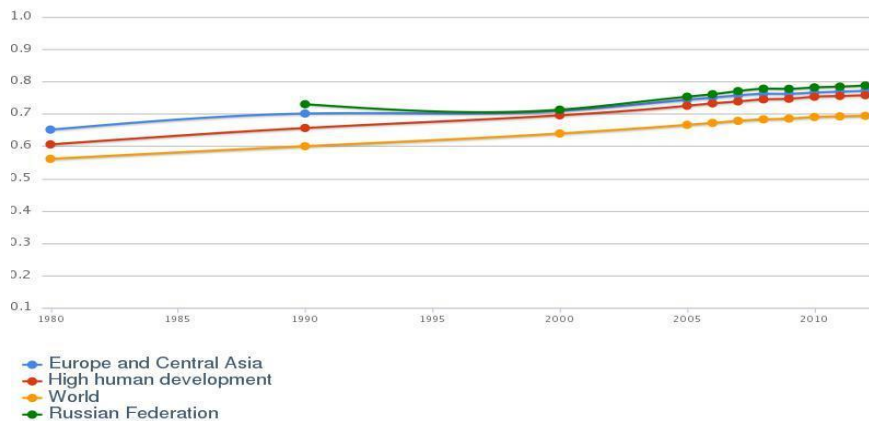
O ex-diretor da KGB, e depois da FSB (ambos serviços de inteligência do país), foi responsável por reestruturar o poder estatal do país, controlando radicalmente a economia e os oligopólios empresariais, e recuperando setores estratégicos para a nação. Com uma administração interventora sobre a economia, o país passou a recuperar sua importância econômica e política, e atualmente é membro do G20 e dos BRICS (países em desenvolvimento econômico crescente dos quais são membros, compondo a sigla: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul)¹⁹.

O impacto resultante deste processo de enfraquecimento estatal sobre a sociedade russa é facilmente visível ao analisar gráficos da ONU sobre o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), ou, em inglês, HDI (Human Development Index), da

¹⁸BBC BRASIL. Era Yeltsin marcou o surgimento da nova Rússia. 23 de abril de 2007. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/04/070423_boris_obituar_iorg.shtml>. Acesso em: 24 de Julho de 2013 às 14:30.

¹⁹PARANHOS, Carlos Antônio da Rocha. Uma longa transição: vinte anos de transformações na Rússia. Carlos Antônio da Rocha Paranhos. IPEA. Novembro de 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/digital/publica_001.html>. Acesso em: 24 de Julho de 2013 às 15:00.

Federação Russa de 1990 à 2010²⁰. Cabe salientar que o índice foi criado em 1990, o que impossibilita uma análise da época em que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas encontrava-se constituída.



Fonte: International Human Development Indicators. United Nations Development Programme. 2013.

No início da década de 90, após cinco anos do governo do reformista de Mikhail Gorbachev, e o início do processo de abertura ao capital e de privatizações em massa realizados pelo governo de Boris Yeltsin, o IDH da Federação Russa encontrava-se na contramão do mundo: declinava. Em 1999, Putin assume o comando do país e inicia a recuperação de setores estratégicos e um controle mais rígido sobre a economia do país, desde então o índice encontra-se em crescimento contínuo, atingindo, em 2013, nível superior a 0.8, considerado elevado, colocando a Federação Russa como o 55º país na classificação do IDH realizada por departamentos da ONU.

Outro dado interessante a ser analisado sobre a contribuição da estrutura estatal para o desenvolvimento social é o

²⁰UNITED NATIONS. United Nations Development Programme. 2013. Disponível em: <<http://hdrstats.undp.org/en/countries/profiles/RUS.html>>. Acesso em: 25 de Julho de 2013 às 10:00.

índice de pobreza. Em 2000, 1.1% da população russa recebia menos de 1 dólar por dia, e 8.3% com menos de 2.15 dólares. Em 2008 a porcentagem de pessoas que recebem menos de 1 dólar por dia caiu para 0.04%, e dos que recebem menos de 2.15 dólares por dia para 0.9%. A proporção das pessoas com renda inferior a 50% do nível mínimo de subsistência caiu de 16.7% em 2000, para 3.7% em 2009²¹.

O desastre do neoliberalismo econômico, que objetiva a diminuição do papel do Estado sobre a sociedade, não atingiu apenas os países que integravam a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Afinal, para demonstrar a possibilidade de competir com o socialismo, muitos países capitalistas, desenvolvidos, seguiram o modelo econômico “keynesiano”, onde o Estado intervia na economia e sociedade. Isto fez com que, no início da década de 1980, quando a ameaça socialista chegava ao “início” de seu “fim”, estes Estados detivessem o controle de setores que poderiam gerar muitos lucros a iniciativa privada: telefonia, aviação, televisão e eletricidade.

Margaret Thatcher, primeira-ministra britânica de 1979 à 1990, tentou implantar as reformas aplicadas no Chile de Pinochet, influenciadas por Milton Friedman, no Reino Unido. Porém, apesar de admirar o “sucesso” das reformas chilenas, admitiu em uma carta à Hayek (economista de quem recebia sugestões sobre economia) que as instituições democráticas britânicas e a necessidade de um alto grau de consenso da população, impossibilitaria uma transformação no mesmo ritmo chileno²².

O Chile havia passado por um golpe militar que destituiu o governo socialista de Salvador Allende, e instaurou uma ditadura militar repressiva no país. Seguindo conselhos

²¹UNITED NATIONS. National Human Development Report in the Russian Federation 2010: Millenium Development Goals in Russia: Looking into de Future. UNDP Rússia. 2010. Pg. 29.

²²KLEIN, Naomi. A Doutrina do Choque: a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2008. Pg. 160.

econômicos dos “Garotos de Chicago” – indivíduos formados em economia nos Estados Unidos, e que seguiam a orientação de Friedman –, o Chile deixou que agências financeiras agissem sem nenhum controle, e levou o país de volta a hiperinflação e a um índice de desemprego de 30% (dez vezes maior que o patamar de seu antecessor). No fim das contas, a economia chilena passou realmente a crescer apenas em 1980, graças a Codelco (empresa de mineração) que não foi privatizada e representava 85% das rendas de exportação do país.

Em 1988, 45% da população chilena havia caído abaixo da linha da pobreza, enquanto os 10% mais ricos viram suas receitas aumentarem em 83%. Em 2007, anos após o fim do governo de Pinochet, o Chile foi considerado um dos países mais desiguais do mundo. Em resumo, as transformações radicais na economia do Chile só puderam ser realizadas “à la” Pinochet: repressão dura contra o descontentamento popular²³.

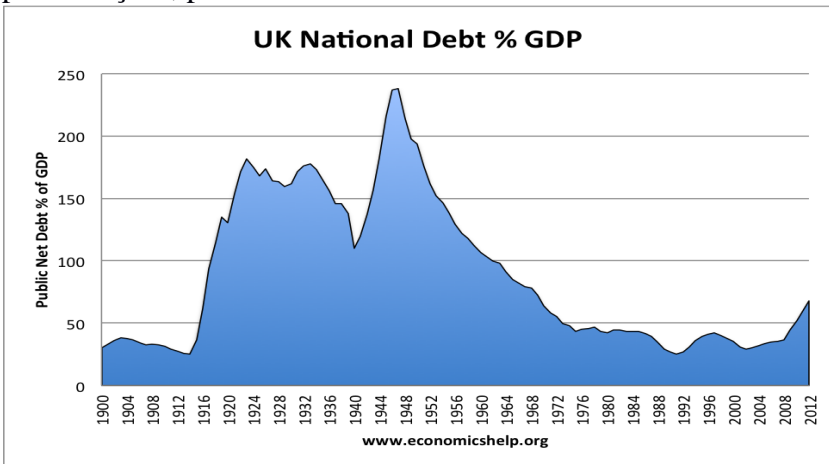
Não obstante, Thatcher contribuiu com a desestatização do Reino Unido a sua maneira, e conseguiu, até mesmo, utilizar de repressão. Um dos focos principais foi a privatização em massa e o fim da assistência estatal à moradia, que anteriormente fornecia imóveis públicos para abrigar pessoas de baixa renda. Os moradores receberam uma quantia do Estado para deixá-los, o que fez com que alguns conseguissem comprar sua própria moradia, enquanto a maioria tornou-se desabrigada, devido a impossibilidade de pagar os aluguéis que dobraram em relação ao valor anterior a medida de Thatcher. Em três anos de seu primeiro mandato, as políticas de austeridade da Dama de Ferro e suas privatizações, resultaram no aumento do índice de desemprego, que dobrou, assim como a inflação. Em 1984, em seu segundo mandato, garantido graças a “vitória” na guerra das Ilhas Malvinas (para os ingleses: Falkland), Thatcher enfrentou uma grande greve de mineiros, que resultou, em um único confronto, em mais de 700 feridos, e durante toda a

²³Ibidem. Pgs. 105 e 106.

greve, em milhares. Infiltrou agentes do MI5 no sindicato, e ao final de meses de greve, demitiu 966 pessoas.

De 1984 à 1988, Thatcher privatizou, entre outras, as empresas estatais de gás (British Gas), telecomunicações (British Telecom), de controle de aeroportos (British Airport Authority), de aço (British Steel), aviação (British Airways), além de vender a participação acionária do Estado na British Petroleum²⁴. De 1980 à 1990, os gastos em educação pública caíram de 5.3% para 4.4% do PIB ao ano, voltando apenas a subir para 5.4% em 2005, quinze anos depois. Os investimentos em saúde e educação, garantem o alto índice de IDH (0.875, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), mas a um preço alto: a dívida pública.

O Reino Unido atingiu o ápice da dívida em relação ao PIB durante a 2ª Guerra Mundial. De 1952 a 1976 uma queda abrupta ocorreu, e desde 1980, com uma exceção nos anos das privatizações, passou a crescer novamente.



Fonte: Economics Help (<http://www.economicshelp.org/blog/334/uk-economy/uk-national-debt/>)

Atualmente a dívida pública do país é de aproximada-

²⁴KLEIN, Naomi. A Doutrina do Choque: a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2008. Pgs. 160 a 167.

mente 104% do PIB²⁵. Isto se explica, em partes, pela base econômica do Estado bretão.

Segundo uma análise da CIA (Agência de Inteligência Central dos Estados Unidos da América) sobre o Reino Unido, o setor de serviços, principalmente bancário e de seguro, representa 78.3% do PIB. Ainda, de acordo com a análise, nas últimas décadas o governo reduziu consideravelmente a propriedade pública e os gastos com programas de bem-estar social. Isto acentuou os efeitos da crise global de 2008, pelo fato da natureza da economia britânica ser composta, majoritariamente, pelo setor de serviços, aumentando o índice de desemprego, e o montante da dívida pública²⁶.

Este cenário onde o Estado teve sua esfera de atuação reduzida, com a promessa do fim da estagnação econômica, foi implementado de forma radical na América Latina de acordo com o “Consenso de Washington”. O “Consenso de Washington”, como ficou conhecido, era na verdade uma orientação “técnica” de economistas ortodoxos, funcionários do governo dos Estados Unidos e representantes de organismos internacionais, que se reuniram em Washington, em 1989, a favor do livre de mercado, e que sugeria, nada menos, do que a privatização do setor público, e corte em gastos sociais como solução à crise latino-americana.

A ideia defendida publicamente, era que, o Estado deveria reduzir sua estrutura, seus gastos, liberalizar a economia e deixar com que o livre mercado a regulasse, além do câmbio, e taxas de juros. A medida levaria a um equilíbrio da dívida pública, e a uma retomada do crescimento econômico. No fundo,

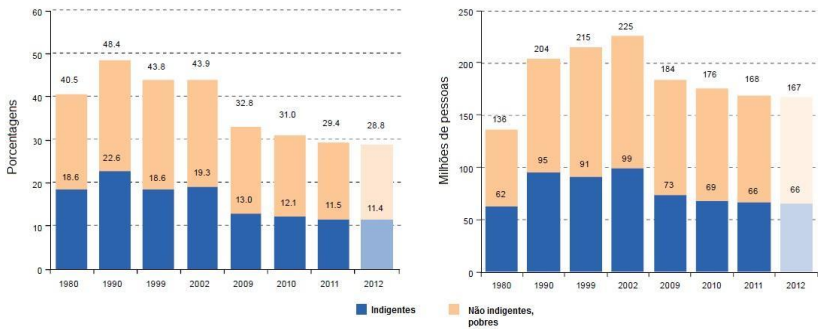
²⁵OECD, "Country statistical profile: United Kingdom", Country statistical profiles: Key tables from OECD. Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/economics/country-statistical-profile-united-kingdom-2013_csp-gbr-table-2013-1-en>. Acesso em: 26 de Julho de 2013 às 20:08.

²⁶CIA. The World Factbook. Julho de 2013. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/uk.html>>. Acesso em: 26 de Julho de 2013 às 20:27.

a intenção real, era abrir uma oportunidade de investimentos a mega empresários e corporações estrangeiras, além de colocar os países adeptos em uma rede de empréstimos garantidos pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) e Banco Mundial, que asseguraria a subserviência política e econômica desses.

O que se seguiu na década de 90, na maioria da América Latina, foi uma onda de privatizações, cortes em gastos sociais, mas nenhum crescimento econômico. Pelo contrário, o aumento do desemprego, hiperinflação, crescimento da desigualdade social e de índices de pobreza e salto da dívida pública, eram recorrentes na maioria dos países que seguiram a tal receita milagrosa²⁷.

AMÉRICA LATINA: POBREZA E INDIGÊNCIA, 1980-2012
(Porcentagens e milhões de pessoas)



Fonte: Relatório anual de 2012 da Comissão Econômica para América Latina e Caribe. Estimativa para 18 países da região e Haiti.

Ao final da década de 90, vários países da América Latina, afundados numa crise endêmica de pobreza e desemprego, optaram por governos populares como forma de reverter a situação. A mudança nas políticas de governo são facilmente perceptíveis com uma análise feita com base no gráfico e tabela a seguir demonstrados da CEPAL (Comissão Econômica Para América Latina e Caribe).

²⁷ KLEIN, Naomi. A Doutrina do Choque: a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2008. Pgs.303 à 309 e pg. 542.

**AMÉRICA LATINA (18 PAÍSES) : PESSOAS VIVENDO EM POBREZA E
INDIGÊNCIA, POR VOLTA DE 2002, 2010 e 2011**
(Porcentagens)

País	Por volta de 2002			Por volta de 2010			2011		
	Ano	Pobreza	Indigência	Ano	Pobreza	Indigência	Ano	Pobreza	Indigência
Argentina ^a	2004	34,9	14,9	2010	8,6	2,8	2011	5,7	1,9
Bolívia	2002	62,4	37,1	2009	42,4	22,4
Brasil	2001	37,5	13,2	2009	24,9	7,0	2011	20,9	6,1
Chile	2000	20,2	5,6	2009	11,5	3,6	2011	11,0	3,1
Colômbia ^b	2002	49,7	17,8	2010	37,3	12,3	2011	34,2	10,7
Costa Rica ^c	2002	20,3	8,2	2010	18,5	6,8	2011	18,8	7,3
República Dominicana	2002	47,1	20,7	2010	41,4	20,9	2011	42,2	20,3
Equador ^a	2002	49,0	19,4	2010	37,1	14,2	2011	32,4	10,1
El Salvador	2001	48,9	22,1	2010	46,6	16,7
Guatemala	2002	60,2	30,9	2006	54,8	29,1
Honduras	2002	77,3	54,4	2010	67,4	42,8
México	2002	39,4	12,6	2010	36,3	13,3
Nicarágua	2001	69,4	42,5	2009	58,3	29,5
Panamá	2002	36,9	18,6	2010	25,8	12,6	2011	25,3	12,4
Paraguai	2001	61,0	33,2	2010	54,8	30,7	2011	49,6	28,0
Peru ^d	2001	54,7	24,4	2010	31,3	9,8	2011	27,8	6,3
Uruguai ^a	2002	15,4	2,5	2010	8,6	1,4	2011	6,7	1,1
Venezuela	2002	48,6	22,2	2010	27,8	10,7	2011	29,5	11,7

Fonte: Relatório anual de 2012 da Comissão Econômica Para América Latina. Estimativa de 18 países.

Já no início da década de 90, onde o processo de privatizações havia se iniciado, o índice de pobreza média da América latina salta de 40.5%, em 1980, para 48.4%, enquanto a porcentagem de indigentes saltou de 18.6% para 22.6%. No início do Século XXI, após a forte implementação do “Consenso de Washington” na região, 225 milhões de pessoas encontravam-se na linha de pobreza, enquanto 99 milhões em situação de indigência. Apesar do acréscimo populacional, e mesmo com a crise financeira mundial de 2008, o número foi reduzido de forma significativa no último levantamento em 2012.

No período que compreendeu a primeira década do século XXI, dos 18 países analisados, 10 (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, El Salvador, Nicarágua, Paraguai, Uruguai e Venezuela) haviam eleito governos populares com propensão a fortalecer o papel estatal sobre a economia e a sociedade.

Citando os casos mais notáveis, em 2003, após a derru-

bada de vários presidentes, a população argentina elegeu Nestor Kirchner, do Partido Justicialista (também conhecido como Partido Peronista), e após seu falecimento, a então viúva,

Cristina Kirchner. O país renegociou as dívidas, chegando até mesmo a declarar a moratória, para que neste período reestruturasse o Estado e a economia. Medidas interventoras sobre o mercado e setor agrícola fizeram com que a popularidade de Cristina aumentasse entre os mais pobres e ficasse abalada em relação a elite argentina.

A Bolívia, após uma onda de protestos no país demandando a nacionalização dos hidrocarbonetos, direitos indígenas e a ocorrência da “Guerra da Água”, no departamento de Cochabamba, levaram, em 2005, o representante indígena Evo Morales ao governo do país. Apenas para melhor entendimento, a “Guerra da Água”²⁸, foi um conflito gerado após o governo, pressionado pelo Banco Mundial, simplesmente ter privatizado a água do departamento, dando a propriedade do recurso natural a empresa Aguas del Tunaria, cuja maior acionista era a Bechtel, proibindo os cidadãos, até mesmo, de armazenarem água da chuva ou retirarem água dos poços de sua propriedade. Sistemas alternativos de coleta de água foram apreendidos sem autorização ou aviso prévio. Toda a água pertencia a empresa, e aumentos de tarifa abusivos eram aplicados com base no argumento de que eram necessários para atingir o valor de lucro estipulado em contrato. Após os protestos a corporação de água foi desprivatizada e voltou para o povo de Cochabamba.

No Brasil, Lula chegou ao poder em 2002, com uma plataforma de governo defendendo o fim das privatizações, e forte investimento social por parte do Estado, focado em programas de assistência como o “Bolsa Família” e “Fome Zero”. Após 8 anos de governo, a alta popularidade ainda garantiu a

²⁸ALI, Tariq. Na Venezuela e na Bolívia: Com Chávez em Caracas, e de volta à Cochabamba de Che Guevara e Morales. Revista Piauí (online). Agosto de 2007. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-11/poder-de-ontem- hoje/na-venezuela-e-na-bolivia>> Acesso em: 30 de Julho de 2013 à 1:42.

eleição da candidata, também do Partido dos Trabalhadores, Dilma Rousseff, que deu continuidade aos programas sociais de seu antecessor e deu prioridade ao programa “Minha Casa Minha Vida”, com foco na redução do déficit habitacional do país.

Rafael Correa Vicente Delgado, foi eleito em 2007 no Equador, representando o partido “Aliança PAIS” (Pátria altiva e soberana), propondo a revisão de contratos petrolíferos, a não renovação da concessão da base de “Manta” para os Estados Unidos, e uma assembleia constituinte para acelerar as transformações sociais e econômicas no país, e mantém-se no poder até hoje.

A Venezuela levou ao poder, em 1999, Hugo Chávez Frias, na época do MVR (Movimento V República), que apoiava partidos de esquerda e centro-esquerda. Devido ao caráter social e intervencionista de seu governo, em 2002, é deposto por um golpe militar encabeçado pelo líder patronal venezuelano Pedro Carmona, que governou por pouquíssimas horas até que a revolta popular conduziu Chávez, que se encontrava sob custódia do exército, novamente ao poder. Após isto, o presidente acentuou as reformas sociais e econômicas, bem como a intervenção do Estado nestas áreas. Para garantir que o processo político tivesse continuidade, criou o PSUV (Partido Socialista Unificado da Venezuela), agregando a maioria dos partidos de esquerda na sigla, e devido sua popularidade manteve-se no poder até sua morte em 2013. Seu sucessor, Nicolás Maduro, de mesmo partido, venceu as eleições presidenciais seguintes, e dá continuidade ao estilo de governança chavista.

Em comum, todos os países supracitados obtiveram enorme redução da pobreza e indigência no período governado por partidos de tendência de fortalecimento do Estado e aumento de sua atuação na economia e sociedade.

Em 2001, ao final de 8 anos de Governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, a pobreza no Brasil

atingia 37.5% da população. Em 2011 este índice foi reduzido para 20.9%. Na Venezuela, de 2002 até 2011, na gestão Hugo Chávez, o índice de pobreza do país foi reduzido em 19.1%, e o de indigência em 10.5%. O Equador, de 2002 à 2011 (Rafael Corrêa assumiu o poder em 2006), reduziu em 16% o mesmo índice. A Bolívia, praticamente no mesmo período que o Equador (Evo Morales foi eleito em 2005), reduziu em 20% o mesmo índice. Isto tudo combinado com abatimentos, renegociação ou quitação de empréstimos e intensificação do papel interventor do Estado sobre a economia.

O coeficiente GINI, segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa e Econômica Aplicada):

“é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos 20% mais pobres e dos 20% mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza.”²⁹

De 2002 à 2011, o coeficiente caiu, ao menos, 1% ao ano em 9 países de 18 analisados. Dentre esses, Argentina, Venezuela, Nicarágua e Bolívia, apresentaram as maiores quedas, com 2% ou mais de queda anual³⁰. De modo prático, a análise significa que a distribuição de renda se tornou mais igualitária entre os mais ricos e os mais pobres nos países citados.

Apesar da queda no índice, a América Latina está longe do patamar ideal, e segundo o coordenador do relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), Isidro Solaga, isto se deve a uma

²⁹IPEA. Desafios do Desenvolvimento: O que é – Índice GINI?. 01 de Julho de 2004.

Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2048:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 30 de Julho de 2013 às 10:15.

³⁰CEPAL. Panorama Social de América Latina. 2012. Pg. 22.

herança regional, e ao mau desenho de políticas públicas³¹.

Pela análise de documentos disponibilizados por departamentos ligados a ONU, como o PNUD e o CEPAL, percebe-se que países onde o Estado está passando, ou passou, por uma reestruturação, têm galgado melhores índices em diversos indicadores sociais, mesmo em épocas de crise, como a de 2008. De 2000 à 2011, a Venezuela desempenhou o segundo maior crescimento de IDH da América Latina, com uma média anual de 1.04% de crescimento, e subindo 7 posições no ranking em apenas 5 anos (de 2006 à 2011), atingindo a 73ª posição. Na frente da Venezuela, de orientação governamental assumidamente socialista, ficou apenas Cuba, criticada muitas vezes pela falta de liberdade de seus nacionais, mas sempre elogiada pelos indicadores sociais. De 2000 à 2011 a ilha atingiu um índice anual de crescimento do IDH de 1.19% e subiu 10 posições no ranking em 5 anos (de 2006 à 2011). Mesmo com a economia fragilizada pelo bloqueio econômico incentivado pelos Estados Unidos da América, o país alcançou a 51ª posição no ranking, ficando atrás, na América Latina, apenas do Chile (44ª), Argentina (45ª) e Uruguai (48ª). Simultaneamente, no mesmo quinquênio dos países acima citados, apresentaram quedas no crescimento do índice – ainda que com posições superiores e níveis altos –, e como consequência, em sua classificação: Estados Unidos (-1), Irlanda (-3), Islândia (-3), Itália (-3), Grécia (-5).³² Com a exceção dos Estados Unidos, todos os países passaram, e ainda passam, por revoltas populares devido a crise econômica que os atingiu.

De acordo com o The World Factbook, alimentado com

³¹G1. América Latina concentra 10 dos 15 países mais desiguais, diz relatório. 23 de Julho de 2010. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/07/america-latina-concentra-10-dos-15-paises-mais-desiguais-diz-relatorio.html>>. Acesso em: 30 de Julho de 2013 às 10:41.

³²ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011 – Sustentabilidade e Equidade: Um futuro melhor para todos. 2011. Pgs. 137 à 139.

informações pelo serviço de inteligência estadunidense (CIA), a Irlanda teve uma queda brusca em seu PIB no ano de 2008, devido a crise financeira mundial, agravada pela crise no mercado de propriedade doméstica e de construção. Com a crise, o setor de exportações se tornou chave para a economia, o que seria ótimo para o país, se não fosse dominado por multinacionais.

Em relação a Islândia, ironicamente, o informe da agência começa classificando o Estado escandinavo como uma economia de mercado social, com estrutura capitalista, princípios do livre mercado, e um ótimo estado de bem-estar social. No início da explanação, explica que antes da crise de 2008 o país tinha alcançado altos níveis de crescimento, baixo desemprego e excelente distribuição de renda. Dependendo do setor de serviços para compor 70% do PIB, e sendo neste o ramo financeiro o mais ativo, com forte atuação no exterior, o país entrou em colapso em 2008, chegando a emprestar 10 bilhões de dólares do FMI para estabilizar sua moeda, e o setor financeiro privado. O PIB caiu 6.8% em 2009, e o desemprego alcançou a casa dos 9.4%. Após a crise, o governo islandês tomou as seguintes medidas para tentar controlar a economia: implementar controle sobre capitais, reestruturação do setor financeiro, e diversificação da economia. Medidas que para muitos economistas são consideradas interventoras, e contra o livre mercado.

A Grécia, um dos países mais afetados pela crise e maior solicitante de empréstimos a União Europeia, tem uma economia capitalista dependente atrelada ao turismo e serviços, responsável por 80% do PIB. Empresas estatais se resumem à produção de energia elétrica e transporte. Sem uma estrutura econômica forte, o país manteve os altos índices sociais, gerados pelos investimentos em saúde e educação, na base do endividamento público. O Estado grego gastava mais do que recebia com impostos, problema gerado pela conhecida evasão de divisas por parte do empresariado, e inadimplemento de suas

obrigações financeiras. Para conseguir os empréstimos que deveriam recuperar sua economia, a Grécia comprometeu-se a reduzir salários do funcionalismo público, cortar investimentos nas áreas sociais de forma drástica, aumentar impostos, reformular o sistema previdenciário e de saúde, além de privatizar o setor energético, e até mesmo de transporte. Foram lançados três planos de austeridade, fortemente criticados pela população, e sem nenhum impacto significativo sobre a economia. Atualmente, a dívida pública grega atinge a cifra de 156% do PIB, e uma dívida externa de 576 bilhões de dólares. O informe da CIA sobre a economia do país termina da seguinte forma: “no entanto, estes cortes massivos de austeridade são um prolongamento da recessão econômica da Grécia e de suas receitas fiscais deprimentes”³³.

O próprio FMI (Fundo Monetário Internacional) admitiu em um de seus relatórios que as políticas adotadas nos últimos três anos foram desastrosas. Conclui que uma reestruturação imediata da dívida grega teria sido melhor, pois os credores do setor privado foram reembolsados pelos empréstimos realizados pelo Estado grego. Em síntese, agora a Grécia não deve mais aos bancos privados e fundos de investimento especulativos que tiveram parte na crise do país ao fornecer empréstimos com juros astronômicos, e sim ao FMI e contribuintes europeus³⁴.

Nikos Lekkas, diretor dos serviços de investigação fiscal da Grécia, declarou recentemente que a sonegação de impostos em seu país representa uma fatia equivalente entre 12%

³³CIA. The World Factbook. Resultado de pesquisa dos países citados na página da Agência Central de Inteligência. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>>. Acesso em: 30 de Julho de 2013 às 14:50.

³⁴HALIMI, Serge. Na Grécia, especuladores saíram sem perder um centavo. *Opéra Mundi*. 18 de Julho de 2013. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniao/30087/na+grecia+especuladores+sairam+de+cena+sem+perder+um+centavo.shtml>>. Acesso em: 30 de Julho de 2013 às 15:13.

a 15% do PIB, e que caso metade deste valor fosse recuperado, o problema grego estaria resolvido. A dificuldade neste processo de fiscalização estaria na falta de cooperação dos bancos privados. Os investigadores solicitaram a quebra de sigilo bancário de 5 mil contas, mas conseguiram acesso apenas a 214. Afirma ainda que a Grécia enfrentará uma “explosão social”, caso não supere a problemática divisão da sociedade em duas classes: elites intocáveis e os cidadãos que são explorados. Para auxiliar na resolução da sonegação de impostos, sugere que se utilize recursos técnicos, como programas de computador, para a análise de empresas detalhadamente ou *in loco*³⁵.

Em todos os casos citados, as políticas neoliberais, em conjunto com uma economia de livre mercado, e a falta de estrutura estatal, contribuíram para o agravamento da crise econômica, e impactaram negativamente os indicadores sociais dos países-alvo da análise. Enquanto alguns decidiram mudar os rumos da economia e aplicaram controle sobre os capitais, outros correm o risco de, ao implementar as políticas de austeridade impostas pelos organismos internacionais, perpetuar a dependência econômica e arruinar seu sistema de bem-estar social.

3.2 PRIVATIZAÇÃO: DESMANTELAMENTO DO ESTADO E DE VALORES SOCIAIS

Longe de afetar apenas a economia, a política de Estado Mínimo, através das privatizações e sua conseqüente diminuição da atuação estatal, impacta gravemente sobre a sociedade e seus valores. O processo de individualização é mais do que uma conseqüência, é um projeto político que visa acentuar fragmentar a unidade coletiva. Conforme a iniciativa privada

³⁵DEUTSCHE WELLE. Investigador fiscal responsabiliza sonegação por crise na Grécia. 8 de Junho de 2012. Disponível em: <<http://www.dw.de/about-dw/who-we-are/s-3325>>. Acesso em: 30 de Julho de 2013 às 15:36.

umenta sua influência social, propaga sua ideologia e seus valores, provocando a dissociação dos indivíduos e uma desconsideração de objetivos e coletivos.

Noam Chomsky, filósofo e ativista político estadunidense, afirma que para as corporações (maior ator da desconstrução estatal e social da iniciativa privada) conseguir criar uma sociedade em que a menor unidade é uma pessoa seria o ideal. Para ele, a maior força por trás da privatização não é apenas o lucro de acionistas, mas também a própria propagação de um conceito de humanidade criado pela corporação.

“A privatização do Sistema de Seguridade Social, por exemplo, foi criada, em parte para minar o princípio muito perigoso no qual se baseia a Seguridade Social, isto é [...] de que você se preocupa se a viúva de sua rua tem o que comer. Você não deve fazer isso. Você deve apenas acumular riqueza, esquecendo de tudo que não seja você mesmo.”³⁶

Muito distante de ser uma ideia absurda, ficcional e conspiratória, este argumento se comprova em iniciativas simples, porém planejadas: a mercantilização da sociedade envolve a infiltração das corporações em áreas que antes eram de monopólio estatal. A privatização da educação, por exemplo, é baseada no argumento de que professores motivados pelo desejo de ganhar mais, ensinarão melhor. Esta premissa se baseia num conceito de que o humano é essencialmente egoísta e materialista, e é propagado pela mídia conservadora e seus comentaristas, defensores ávidos da ideologia neoliberal, como se fosse algo absoluto e indiscutível. Sobre este aspecto Bakan discorre em seu livro:

“As instituições essenciais à saúde e à sobrevivência humanas (como saneamento básico e os serviços de saúde e previdência social), ao progresso e ao desenvolvimento humanos (como escolas, universidades e instituições culturais) e à segurança pública (como a polícia, os tribunais, as prisões e os bombeiros) eram deliberadamente colocadas fora do alcance

³⁶BAKAN, Joel. *A Corporação: a busca patológica por lucro e poder*. São Paulo: Novo Conceito Editora. 2008. pg. 5

das garras exploradoras da corporação, como se fossem domínios naturais preciosos (...) [A esfera pública] está agora sob ataque. Historicamente, as corporações tem sido hostis a ela porque, de sua perspectiva, ela não passa de um conjunto de exceções incertas perto de uma vasta quantidade de oportunidades de fazer lucro.”³⁷

Isto posto, deve-se considerar que o caráter egoísta e materialista não parte do homem, e sim de uma ordem político-econômica imposta por setores poderosos da sociedade e devidamente planejada. O professor de Direito chega a considerar em seu livro as corporações como psicopatas, devido a seu interesse excessivamente individualista e sua falta de preocupação com o coletivo, utilizando a análise de um especialista para realizar a comparação:

‘a corporação está exclusivamente interessada em si mesma e é incapaz de sentir verdadeira preocupação pelos outros em qualquer contexto. Não nos surpreende, dessa forma, que, ao pedirmos ao dr. Hare que aplicasse seu teste diagnóstico de traços psicopatas (termos em itálico) à personalidade institucional da corporação, ele tenha descoberto uma grande equivalência. A corporação é *irresponsável*, diz dr. Hare, porque “na tentativa de satisfazer seus objetivos corporativos, coloca todo mundo em situação de risco”. As corporações tentam “manipular tudo, inclusive a opinião pública”, e elas tem *complexo de grandeza*, sempre insistindo “que são a número um, que são as melhores”. Uma *falta de empatia e tendências anti-sociais* também são características importantes da corporação, diz Hare. “O comportamento das corporações indica que, de fato, não se preocupam com suas vítimas”; e elas muitas vezes se *recusam a se responsabilizar pelos próprios atos e são incapazes de sentir remorso*: “se [as corporações] são pegas [contrariando a lei], pagam multas altas e [...] continuam a fazer o que faziam antes. E, na verdade, em muitos casos as multas e as penalidades pagas pela organização são insignificantes se comparadas ao dinheiro que vão ganhar”. Finalmente, segundo o dr. Hare, as corporações relacionam-se com os outros de *forma superficial*: “seu objetivo maior é apresentar-se à população de forma atraente [mas] talvez não

³⁷Ibidem. pg. 135

seja representativa do que realmente é”. Os psicopatas humanos são conhecidos pela capacidade de usar o charme para mascarar suas perigosas personalidades auto-obsessivas. Para as corporações, a responsabilidade social pode ter o mesmo papel.³⁸

Esta amoralidade propagada de forma ideológica como algo normal e natural da essência humana, assim como o egoísmo e individualismo, serve como uma ferramenta para a obtenção de seus interesses, mas como um modelo extremamente negativo para os membros de uma sociedade.

Desde a infância, a criança moderna é levada a subentender que tudo na sociedade é mercadoria, um mero produto a ser explorado, e que o sucesso é um fim onde atitudes negativas são apenas o meio. Nas escolas estadunidenses, materiais pedagógicos são fornecidos por corporações: a tabela nutricional é exemplificada com um Big Mac representando 4 grupos alimentares. A P&G (Procter & Gamble), promove seu programa de sala de aula chamado “Decisão da Terra” onde o desmatamento é tratado como algo positivo, pois cria um novo habitat para fauna, além de ser um processo que se assemelha a própria ação da natureza, expondo o solo ao sol e estimulando o crescimento e fornecendo alimentos aos animais. Os descanso de tela de computadores, quadros de avisos, paredes, capas de livros e sites de escola viraram espaços publicitários. Para receberem aparelhos como televisores, as escolas se inscrevem em projetos como o Channel One, que consiste em noticiários de dez minutos de duração com intervalos comerciais de 2 minutos. O pacto de venda da alma é concretizado quando a escola se compromete a passar o tal programa para 90% dos alunos diariamente, mesmo que entre os comerciais encontre-se publicidade de cigarros. A mensagem é clara: sua formação educacional tem um preço³⁹.

³⁸BAKAN, Joel. *A Corporação: a busca patológica por lucro e poder*. São Paulo: Novo Conceito Editora. 2008. pg. 69

³⁹BAKAN, Joel. *A Corporação: a busca patológica por lucro e poder*. São Paulo:

A mercantilização da sociedade descaracteriza sua essência e estrutura quando promove valores individualistas extremados, impulsionados pela cultura corporativa. A dominação mercadológica é reproduzida pelos indivíduos na dominação humana, a exposição humilhante de concorrentes de forma cômica em comerciais, pode incentivar à humilhações em suas diferentes formas entre os indivíduos, e falta de moralidade nos negócios e o interesse corporativo acima do bem social, passam a acentuar o individualismo e sua amoralidade como qualidades para obter o sucesso.

Privatizar o sistema público não afeta apenas a propriedade, e sim todos os valores e princípios que ele representa. O Estado tem seu foco na coletividade, no geral que compõe a sociedade. Quando se privatiza um sistema de saúde, não se privatiza apenas os hospitais e serviços médicos, se privatiza a noção de que todos tem Direito a saúde, independente de sua condição. Com um sistema privado de serviços sociais a ideia defendida passa a ser: paga quem pode, e o resto que se vire.

3.3. A POLÍTICA DE ESTADO MÍNIMO NO BRASIL

Na mesma situação de diversos outros países latino-americanos, o Brasil iniciou o processo de redução estatal na década de 90, mais precisamente a partir de 1994. Com uma campanha agressiva por parte da mídia e do próprio governo sobre a necessidade de modernização dos setores, liquidez das contas públicas, e diminuição da inflação, o país viu seu patrimônio público ser leiloado em menos de 5 anos. A velocidade no desfazimento da estrutura estatal foi impressionante. Mais de 100 empresas estatais passaram para as mãos de corporações e mega empresários. No próprio site de um dos meios de comunicação que mais influenciou o processo, a Revista Veja, encontra-se um relato histórico enaltecido sobre as privatiza-

ções, ao lado de uma foto que outrora foi motivo de orgulho: Fernando Henrique Cardoso segurando um martelo de leilão. O texto explica:

“A partir do início da década de 1990, ocorreu a venda do controle de mais de 100 empresas e concessionárias de serviços públicos (na foto ao lado, FHC com o martelo do leilão do sistema Telebrás). Foi importante porque diminuiu a participação do Estado na economia e tornou os serviços mais eficientes e baratos. Também serviu para recuperar empresas que caminhavam para a falência.”⁴⁰

A série sobre as privatizações encontrada no site da revista enumera diversas empresas estatais privatizadas, citando a modernização e redução de tarifas como consequência do processo, além do suposto ganho financeiro com as negociações: transferências de dívidas do Estado para a iniciativa privada e arrecadação com a venda do patrimônio. Ambos argumentos falsos.

Em 1998, após a venda da maioria das empresas de grande porte estatais, o governo federal (na época de Fernando Henrique Cardoso) declarava ter angariado com o processo um montante de R\$85,2 bilhões. Não obstante, de acordo com o levantamento feito pelo livro “O Brasil Privatizado” e citado no livro “A Privatária Tucana”, o governo havia gasto R\$87,6 bilhões para realizar a venda de seu patrimônio. Os custos levantados consideravam “vendas a prazo com dinheiro já contabilizado, mas fora dos cofres públicos; dívidas absorvidas; juros de 15% sobre dívidas assumidas; investimentos nas estatais antes do leilão; juros sobre tais investimentos; uso de moedas podres e mais de R\$1,7 bilhão deixados nos cofres das estatais privatizadas”. Ainda segundo o livro, o economista Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia (2001), denominou o processo de privatização nas economias de terceiro mundo como

⁴⁰VEJA ON-LINE. Quando e como se deu o processo de privatização no Brasil. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/privatizacoes/01.html>> . Acesso em: 05 de agosto de 2013 às 16:39.

“briberization” (termo em inglês), cuja tradução literal para o português seria “propinização”, dando a entender que a venda das estatais foi na verdade um processo de corrupção pública.

Para se ter ideia do citado acima, a privatização da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) por R\$1,05 bilhão, resultou, na verdade, como “lucro” para os cofres públicos de apenas R\$38 milhões, já que R\$1 bilhão era formado por moedas podres. Na privatização da Ferrovia Paulista S.A (Fepasa) o governo paulista, sob o comando de Mário Covas (PSDB), demitiu 10 mil funcionários e assumiu a responsabilidade pela aposentadoria de 50 mil funcionários. No Rio de Janeiro, o também tucano Marcelo Alencar, vendeu o Banerj para o Itaú por R\$330 milhões. Após uma demissão em massa de funcionários do banco, e com a necessidade de pagar indenizações, aposentadorias e plano de pensões dos servidores, pegou um empréstimo de R\$3,3 bilhões, dos quais o Rio de Janeiro recebeu apenas 165 milhões.⁴¹

Retornando a série da Veja on-line sobre privatizações, ironicamente esta admite que “apesar” da administração estatal, a Vale do Rio Doce era sim lucrativa, mas estava fadada ao sucateamento, de certo, uma análise tão genial a ponto de esquecer que a CODELCO, empresa estatal chilena do mesmo ramo, hoje é responsável por 85% das exportações do país (como já citado anteriormente neste trabalho), e alavanca a economia do Chile. Por fim, o comentário sobre a privatização da Vale termina da seguinte forma: “*Suas ações valorizaram-se 500% nos últimos cinco anos*”.

Em 1996, a empresa era a maior produtora de alumínio e ouro da América Latina; possuía a maior frota de navios graneleiros do mundo e 1.800 km de ferrovias, 41 bilhões de toneladas de minério de ferro, 994 milhões de toneladas minério de cobre, 678 milhões de toneladas de bauxita, 67 milhões de to-

⁴¹RIBEIRO JR., Amaury. A Privataria Tucana. Geração Editorial: São Paulo. 2011. Pgs .25 e 26.

neladas de caulim, 72 milhões de toneladas de manganês, 70 milhões de toneladas de níquel, 122 milhões de toneladas de potássio, 9 milhões de toneladas de zinco, 1,8 milhão de toneladas de urânio, 1 milhão de toneladas de titânio, 510 mil toneladas de tungstênio, 60 mil toneladas de nióbio, 563 toneladas de ouro, 580 mil hectares de florestas replantadas, com matéria-prima para a produção de 400 mil toneladas/ano de celulose. Todo este patrimônio da CVRD era avaliado em apenas R\$10 bilhões, sendo privatizado pela bagatela de R\$3,3 bilhões, financiados pelo BNDES, a juros especiais. Hoje a empresa tem patrimônio avaliado em aproximadamente R\$100 bilhões⁴².

Em dezembro de 2012, a juíza Selena Maria de Almeida, do Tribunal Regional de Brasília, reabriu o caso judicial da privatização da Vale. No seu entendimento, as privatizações ocorreram com preço baixo e com financiamentos públicos. A União e o presidente da época, Fernando Henrique Cardoso, figuram como réus da ação popular, acusados de subvalorizar o valor da companhia na época de sua venda, dispondo em edital que as reservas de minério, conhecidas na época, eram muito menores que sua avaliação real.

O argumento de que a venda da estatal, e outras empresas, aliviaria as contas do governo e resolveria o problema do déficit público também se comprovou falso: com mais de 100 empresas privatizadas, de 1995 à 2002 a dívida interna do país passou de R\$108 bilhões para R\$654 bilhões⁴³.

Apesar do prejuízo ao erário ser espantoso, assim como a desestruturação de setores chaves do progresso nacional, não

⁴²MANO, Maíra Kubik. Justiça Federal admite rever privatização da Vale do Rio Doce. 9 de Junho de 2013. Disponível em: <<http://www.pdt.org.br/noticias/justica-federal-admite-rever-a-privatizacao-da-vale-do-rio-doce>>. Acesso em: 05 de agosto de 2013 às 18:30.

⁴³MANO, Maíra Kubik. Justiça Federal admite rever privatização da Vale do Rio Doce. 9 de Junho de 2013. Disponível em: <<http://www.pdt.org.br/noticias/justica-federal-admite-rever-a-privatizacao-da-vale-do-rio-doce>>. Acesso em: 05 de agosto de 2013 às 18:30

são apenas estes os riscos gerados pela privatização de estatais. Ainda analisando o caso da Vale do Rio Doce, há o aspecto da segurança nacional.

É de conhecimento geral, e já destacado neste trabalho, a existência de lobbies empresariais que pressionam por mudanças na legislação nacional em benefício próprio. Em 2007, o deputado Rogério Lisboa (DEM/RJ) apresentou uma proposta de emenda constitucional (PEC 171/2007, coincidência irônica o número 171 da proposta) à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania⁴⁴. A síntese definia o objetivo:

“Acrescenta o parágrafo único ao art. 21, e o parágrafo 5º ao art. 177 da Constituição Federal, de forma a permitir que empresas privadas possam atuar na pesquisa e lavra de minérios e minerais nucleares e seus derivados, flexibilizando o monopólio da União.”

Como sempre, o argumento econômico fazia parte da fundamentação da PEC:

“A crescente demanda por energias menos poluentes tem tornado a energia nuclear uma das opções mais adotadas em diversos países. Com isso, os preços do urânio dispararam no mercado internacional. O Brasil, detentor da Sexta maior reserva de urânio e de um status de liderança mundial no setor de mineração, tem todas as condições para atingir um papel de liderança global também no fornecimento deste importante insumo energético. Isso geraria divisas para o país, mais empregos para a população e um crescimento mais acelerado da economia nacional. Mas, para isso, é preciso estruturar urgentemente a indústria do urânio. (...)”

E como de praxe, seguia com uma crítica a atuação estatal para poder defender a abertura a iniciativa privada:

“Enquanto isso, no Brasil, a exploração de urânio, atualmente monopólio da União, mantém-se estagnada há várias décadas. Os estudos de prospecção e pesquisas geológicas para identificação de urânio no território nacional foram realizados em

⁴⁴COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA. Proposta de Emenda a Consituição nº 171/2007. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=513566&filename=PEC+171/2007>. Acesso em: 05 de agosto de 2013 às 19:41.

apenas 25% do território nacional no início dos anos 80. Desde então, não se investe um centavo em prospecção de urânio no país.”

O teor da PEC não era apenas uma afronta aos avanços tecnológicos conquistados em décadas pelo programa nuclear brasileiro na pesquisa de urânio enriquecido, mas também uma ameaça à segurança e soberania nacional. De início pelo fato da empresa ser privada, e ter que levar em consideração o lucro de seus acionistas acima de qualquer outro interesse, e em segundo plano pelo fato de 41% do capital da empresa ser constituído por investimento estrangeiro e esta porcentagem poder variar para mais no caso de uma supervalorização levando a um aumento de compra de ações que atualmente estão em posse investidores nacionais⁴⁵⁴⁶. Não que a maioria das ações sob posse de investidores brasileiros significasse a garantia da soberania e da segurança nacional, já que no capitalismo, o dinheiro vem antes da nação.

A PEC foi arquivada em 2008, após parecer vencedor do deputado José Genuíno (PT-SP) pela inadmissibilidade desta, com 24 votos favoráveis e 9 contrários. Em seu voto Genuíno argumentou que a exploração de minérios radioativos envolve riscos a saúde humana, a defesa nacional e ao meio ambiente, e que mesmo concordando que há interesse econômico na proposta, questões estratégicas de defesa e ambientais, bem como a soberania nacional, aconselham a manutenção do monopólio da União sobre a pesquisa e lavra dos minerais citados na proposta.

“É de extrema importância destacar que tais procedimentos devam ser antecidos por outro, de caráter fundamental, em defesa do mais alto interesse nacional, e que consiste na definição, pelo Governo Federal, das reservas e do estoque estratégico do urânio, visando garantir o suprimento indispensável a ser utilizado pelo Brasil. Por outro lado, é sabido que o nos-

⁴⁵CARRANO, Pedro. A Vale, empresa sem rosto e sem país. Brasil de Fato. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/678>> Acesso em: 05 de agosto de 2013 às 19:45.

so país já domina, com resultados amplamente favoráveis, inclusive em níveis superiores aos de outros países mais desenvolvidos, a tecnologia do ciclo de enriquecimento de urânio. Se a preocupação é de natureza predominantemente econômica, ainda seria mais adequado agregar valor ao mineral antes de sua exportação, o que representaria o ingresso de expressivas divisas para o nosso país. Ademais, o exemplo da regulação do monopólio do Petróleo não seria adequado no que se refere aos Minerais Nucleares, uma vez que esses além de não serem "commodities" tem o processo de exploração e de utilização totalmente diverso.

(...)

Finalmente, a Constituição Federal no Título I, dos Princípios Fundamentais, art. 1º, inciso I, estabelece como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, a soberania. O artigo 4º, inciso I, reafirma a independência nacional como um dos princípios das relações internacionais do Estado brasileiro. A admissibilidade desta PEC não deve cingir-se apenas as exigências do artigo 60, parágrafo 4º. Como a referida PEC trata de uma questão vinculada a Soberania e a Independência Nacional, explicitamente contidas nos princípios fundamentais da nossa Constituição, voto pela inadmissibilidade desta PEC.⁴⁶

Não fosse o bastante o exposto até agora, o argumento da redução de tarifas e modernização também é suscetível de questionamento.

A privatização do setor de telecomunicações na década de 90 é um dos casos de “sucesso” utilizados como referência pelos defensores da atuação privada como forma de modernizar empresas “estagnadas” tecnologicamente. A afirmativa, geralmente, condiciona a venda do sistema Telebrás ao barateamento das linhas telefônicas e modernização do setor em relação a telefonia fixa, móvel e internet. Indiscutível é o fato de que, realmente, o acesso as linhas telefônicas fixas e móveis aumen-

⁴⁶COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA. Parecer de Comissão, PAR 1 CCJ, da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=396937>> Acesso em: 05 de agosto de 2013 às 20:01.

tou em proporção estratosférica nas últimas décadas. Porém há que se considerar dois pontos: primeiramente o avanço tecnológico ocorrido neste período, garantindo a popularização de aparelhos celulares e o acesso à internet, e, mais importante, quem pagou por esta modernização?

O sistema Telebrás foi vendido pelo valor de R\$22 bilhões. Até então, as linhas telefônicas eram consideradas itens de luxo, e havia uma grande reclamação sobre a falta de investimento do setor em tecnologia. O curioso é que, aproximadamente dois anos antes das privatizações, o Estado investiu R\$21 bilhões no sistema. Após isto, quando a privatização já havia sido concluída, a área de telecomunicações passou por uma revolução no Brasil. Se considerarmos que do valor arrecadado subtraído do valor investido, o Estado arrecadou apenas R\$1 bilhão, fica o questionamento: quem pagou pela modernização do sistema telefônico brasileiro? Analisando os fatos, aparenta que o tal Estado incapacitado de realizar investimentos no setor, foi o responsável.

Atualmente inúmeras ações administrativas da ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) contra empresas de telefonia, vem reiterando o descumprimento das metas de modernização e qualidade no setor por partes das operadoras privadas. Em sua ação mais recente, a agência obrigou o pagamento por parte das operadoras de R\$108 milhões em multas antigas. As principais multas foram direcionadas à “Oi” em R\$23,4 milhões por descumprimento de metas de qualidade da telefonia fixa, à “Telefônica” em R\$44,9 milhões e à “Embratel” em R\$10,6 milhões pelo mesmo motivo. Ainda multou a “Oi” e “Telemar” em R\$7,3 milhões e R\$970 mil, por falta de manutenção em telefones públicos e interrupções de serviço⁴⁷. No ano de 2012 a ANATEL chegou a suspender a venda de

⁴⁷GIZMODO. Em duas semanas, Anatel obriga empresas de telefonia a pagar R\$108 milhões em multas antigas. Disponível em: <<http://gizmodo.uol.com.br/anatel-operadoras-multas-antigas/>> Acesso em: 05 de agosto de 2013 às 20:34.

chips de diversas operadoras de celular ocasionada pelo descontentamento dos consumidores com a falta de qualidade nos serviços e a não apresentação de um plano de melhoria⁴⁸. E toda a falta de qualidade, investimento e desrespeito ao consumidor não pode ter como defesa o baixo lucro, afinal, em 2011 o Brasil tinha a tarifa de celular mais cara do mundo segundo relatório da UIT (União Internacional de Telecomunicações), e atualmente a tarifa de internet móvel mais cara da América Latina (acréscimo de 25% desde 2010)^{49 50}.

O aumento das tarifas sem o respectivo investimento no setor não ficou restrito apenas a área de telecomunicações. Artigo do IPEA de fevereiro de 2013 com o título “Choque na conta de luz” aponta que o modelo de privatização encareceu a energia, alterou o sistema elétrico e não aumentou a eficiência do setor. Alerta também para diversas manobras realizadas pelas privadas para elevar o lucro e o custo da energia:

“o engenheiro aponta a manutenção de uma das disfunções criadas no modelo de privatização, o *self-dealing*. Por esse mecanismo, as distribuidoras podiam contratar, sem licitação, energia mais cara de geradoras do grupo econômico ao qual pertenciam, deixando de adquirir o insumo das estatais que ofereciam preços melhores. (...) Outro grave fator foram os reajustes acima da inflação, calculados pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), mais elevado que o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). Segundo Roberto D’Araújo, diretor do Ilumina, entre 1995 – ano inicial do pro-

⁴⁸ÉPOCA. Anatel suspende venda de chips de Claro, Oi e TIM. Julho de 2012. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Negocios-e-carreira/noticia/2012/07/anatel-suspende-venda-de-chips-de-claro-oi-e-tim.html>> Acesso em: 05 de agosto de 2013 às 20:47.

⁴⁹R7 NOTÍCIAS. Brasil tem a tarifa de celular mais cara do mundo. Setembro de 2011. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/tecnologia-e-ciencia/noticias/brasil-tem-a-tarifa-de-celular-mais-cara-do-mundo-20110915.html>> Acesso em: 05 de Agosto de 2013 às 20:58.

⁵⁰TECMUNDO. Brasil: país tem a internet móvel mais cara da América Latina. Agosto de 2013. Disponível em: <<http://www.tecmundo.com.br/brasil/42756-brasil-pais-tem-a-internet-movel-mais-cara-da-america-latina.htm>> Acesso em: 05 de agosto de 2013 às 21:00.

cesso de privatização do setor – o aumento real para o consumidor residencial atingiu 75%; para a indústria, astronômicos 135%”⁵¹.

Estas distorções geradas pelas privatizações são visíveis em diversos outros setores, e representam um prejuízo concreto a população brasileira, bem como as políticas de progresso industrial do país. Em uma década tivemos o desmonte da estrutura nacional com a promessa de melhoria econômica e social, além do equilíbrio das contas públicas. Em 1996 o presidente Fernando Henrique Cardoso declarava que vendendo a Vale, nosso povo seria mais feliz e que haveria mais comida no prato do trabalhador ⁵². Salvo se a concepção do douto sociólogo e ex-presidente for diferente das demais, onde povo e trabalhador sejam caracterizados como aqueles que lucraram com os processos de privatização, a afirmação se demonstrou inverídica. Afinal, segundo estudo da FGV, considerando o período de implementação do Plano Real, o índice de redução da pobreza durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso (1994 – 2002) foi de 31,9%, enquanto, mesmo sem empresas do porte da Vale para privatizar, no período de 2003 a 2010, na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, o índice de redução da pobreza atingiu a marca de 50,6%⁵³⁵⁴. De acordo com o documento “Pobreza y distribución del ingreso”, de 2003, da Comissão Econômica para América Latina e Caribe, apesar da porcentagem de pobreza em relação a população ter caído de 48% em 1990 para

⁵¹CASARO, Rita. IPEA. Choque na conta de Luz. Fevereiro de 2013. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2913:catid=28&Itemid=23> Acesso em: 05 de agosto de 2013 às 21:21.

⁵² MANO, Maíra Kubik. Justiça Federal admite rever privatização da Vale do Rio Doce. 9 de Junho de 2013. Disponível em:<<http://www.pdt.org.br/noticias/justica-federal-admite-rever-a-privatizacao-da-vale-do-rio-doce>>. Acesso em: 05 de agosto de 2013 às 18:30

⁵³VILELA, Flávia. Agência Brasil. Pobreza no país diminuiu 67% desde o Plano Real até 2010, aponta FGV. Maio de 2011. Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/noticia/2011-05-03/pobreza-no-pais-diminuiu-67-desde-plano-real-ate-2010-aponta-fgv>> Acesso em: 05 de agosto de 2013 às 22:20.

35,8% em 1996, nos anos seguintes a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, o índice teve um leve acréscimo, fechando em 37,5% de 1999 à 2001, ou seja, não houve mais comida no prato do trabalhador⁵⁴.

Tanto no campo econômico como no campo social, as promessas realizadas na década de 90, durante do processo de privatização brasileiro, tiveram o mesmo fim de todos os outros processos de privatização latinos: a redução prejudicial da estrutura estatal em detrimento do lucro de empresários e corporações não trouxe, na maioria dos casos, vantagens para o país nem para a população. Pelo contrário, custos foram elevados, investimento em diversos setores não foram realizados como o acordado, e agora, além da corrupção por parte de funcionários públicos e representantes do povo, a iniciativa privada utiliza ferramentas e artifícios para aumentar seu lucro enquanto proporcionalmente prejudica os cofres públicos e a população.

Se o modo como foi realizado o processo de privatização – investimento público nas empresas estatais antes dos leilões, assunção de dívidas, financiamento público de privatizações, e aceite de moedas podres como forma de pagamento – acaba por reforçar a tese do livro “A Privatária Tucana”, de que as privatizações não tiveram outra função senão a de enriquecer os políticos e empresários envolvidos no processo; hoje, a consequência do crescimento da influência corporativa e privada na esfera pública transparece que mais onerosa que a estrutura estatal robusta de 1990, é o nanismo estrutural do Estado atual refém de esquemas milionários que lesam o erário.

Escândalos envolvendo empresas que formam cartéis para ganhar licitações públicas com valor 30% acima do razoável, como a denúncia feita pela Siemens sobre o cartel formado em São Paulo, com aval do governo, desde a gestão de Mario

⁵⁴CEPAL. “Pobreza y distribución del ingreso”. 2003. Pg. 10. Disponível em: <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/0/12980/Capitulo_I_2003_esp.pdf> Acesso em: 05 de agosto de 2013 às 22:27.

Covas (PSDB-SP), comprovam que agora, além do Estado não possuir estrutura, é lesado sistematicamente por empresas que deveriam representar a eficiência e economia pública. O Cartel formado para ganhar as licitações no Estado de São Paulo, causou um prejuízo as finanças públicas do governo paulista de aproximadamente R\$425 milhões, valor que segundo as denúncias se ampliará com a análise de outros contratos⁵⁵.

Enquanto isto, no Paraná, após anos de aumentos sucessivos promovidos pelas concessionárias de pedágio, o Tribunal de Contas do Estado inicia auditoria sobre o lucro e investimento destas, chegando já a concluir em uma análise preliminar que as concessionárias não executaram todas as obras previstas em contrato, que as tarifas são cobradas acima dos valores compatíveis com os serviços prestados e em valor superior ao estipulado em contrato. Na análise sobre duas concessionárias do Estado, o TCE concluiu que ambas deixaram de investir, em conjunto, R\$1 bilhão em melhorias nas estradas nos últimos 14 anos, aproximadamente R\$71 milhões por ano, e que deveriam ser devolvidos aos cofres públicos, ao menos, R\$400 milhões⁵⁶.

Estes casos são exemplos de um problema que se tornou endêmico no Brasil nas últimas décadas, e cuja as apurações tardias só demonstram agora o cenário pós privatização, que não vem gerando o tal equilíbrio das contas públicas e nem “colocando mais comida no prato” de qualquer pessoa que não seja político corrompido ou empresário corruptor. A dura realidade é que o Estado e a população se tornaram reféns da esfera

⁵⁵VI O MUNDO. IstoÉ: Rombo tucano em São Paulo foi de R\$425 milhões. Julho de 2013. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/istoe-assalto-tucano-em-sao-paulo-foi-de-r-425-milhoes.html>> Acesso em: 05 de agosto de 2013 às 23:10.

⁵⁶RIZZI, Christian. Gazeta do Povo. TCE sugere pedágio mais barato para compensar lucro maior. Julho de 2013. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1388184&tit=TCE-sugere-pedagio-mais-barato-para-compensar-lucro-maior>> Acesso em: 05 de agosto de 2013 às 23:23.

privada, sem alternativa a curto prazo para substituí-la ou para regular sua atuação. A liberdade que muitos pregam a favor do mercado torna-se a amarra de um Estado ineficiente e subserviente aos interesses privados. As consequências desta política de desmonte estatal resultam no descrédito popular em relação a função do Estado e de todas as instituições “democráticas” que compõe sua estrutura, levando a cenários de instabilidade política e convulsão social.

4. A AMEAÇA ATUAL RESULTANTE DE UM ESTADO DIMINUTO

Nas últimas décadas a maioria dos Estados modernos passou por um processo em comum: a redução do papel do Estado sobre o gerenciamento e controle da sociedade, e a consequente desregulação da economia e atividade privada.

A Globalização, fenômeno ocorrido com mais evidência após a Guerra Fria, com o fim da bipolaridade político-econômica entre Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, e entre suas zonas de influência, liberalizou os mercados e acabou com as fronteiras para as empresas, que agora passariam a ser transnacionais. Desta forma, estas migraram para países onde a legislação trabalhista era inexistente ou permitia a exploração do trabalhador de forma mais lucrativa que em suas nações de origem. Este processo perpetuou a situação de miséria e descaso com as condições de trabalho, já que, pressionados por corporações e objetivando atraí-las para seu território, os governos inviabilizaram o progresso dos direitos trabalhistas, ou flexibilizaram os já conquistados.

Os antigos países do bloco socialista, agora aplaudidos por adotarem a “democracia”, tornaram-se mercados lucrativos e áreas estratégicas para a manutenção econômica de países desenvolvidos, enquanto os países que integravam o bloco ca-

pitalista em zonas periféricas, vivenciaram o fim do auxílio financeiro por sua lealdade ao bloco no período que compreendeu a guerra de sistemas. Em ambos os casos, a falência do Estado se acentuou com políticas neoliberais que prometiam a recuperação financeira e equilíbrio da dívida pública. Os Estados já com pouca estrutura, agora cortavam investimentos públicos, gastos sociais, privatizavam seus recursos e suas leis.

Como a estrutura geopolítica formada durante o colonialismo e neocolonialismo, a globalização transformou, novamente, os países periféricos em celeiros da produção econômica de nações industrializadas. O petróleo das repúblicas do leste-europeu e de antigos inimigos situados no Oriente Médio, agora atravessa o mundo para sustentar a economia europeia e estadunidense. Para isto, corporações petrolíferas se instalaram nas periferias do mundo, e levaram consigo seu poder econômico para influenciar os rumos das políticas públicas. Os governos implantados em países como o Afeganistão ou Iraque em cenários pós-guerra sem nenhuma consulta popular, geralmente membros do Exército – como generais – ou antigos diretores de corporações, são o indício de como o Estado fraco e subserviente à iniciativa privada prejudica as duas extremidades da corda. De um lado, o agressor, que representa os interesses corporativos utilizando das vidas de nacionais e finanças públicas gastas no orçamento militar. De outro, nações sucateadas sem a menor possibilidade de defesa frente a uma agressão externa, e muitas vezes com o a economia prejudicada pelos bloqueios internacionais, cujo objetivo é agravar a situação sócio-econômica da população para que esta se rebelde contra seu governo, e por isto sem apoio popular, quando não sem uma população saudável e educada para uma organização pertinente a estas eventualidades.

As formas de relação de poder e dominação entre nações transformou-se radicalmente neste período. A bipolaridade da política mundial, garantiu de alguma forma, durante o

período da Guerra Fria, uma certa estabilidade nos conflitos armados. Com o fim da URSS, ocorreu a fragmentação massiva de seu território em microestados sem estrutura, onde vários grupos sociais conviviam há décadas, mas nem sempre de comum acordo politicamente. Sem uma instituição eficiente na resolução de conflitos sociais, estes grupos passaram a se confrontar para conquistar o poder político.

Por todos os lados o Estado se encontra fragilizado: em sua estrutura, na sua política e na economia. A influência de particulares em seus objetivos, que deveriam ser gerais, afeta a própria essência de sua origem: o governo age como subordinado do capital privado. Em suma, como bem concluiu Joel Bakan, “uma minoria organizada sempre pode ganhar de uma maioria desorganizada”. Hodiernamente, a ideologia de livre mercado e a mercantilização da sociedade são propagadas até nos meios que antes eram “sagradamente” de monopólio público, como a educação e a segurança.

Em países como os Estados Unidos da América, empresas como a Edison Schools administram as escolas públicas. Em seu domínio, encontram-se 133 escolas e 74 mil estudantes. Junto com ela, mais 40 corporações exercem a mesmas atividades. Estudantes e a própria educação estão atados a volatilidade do mercado, de tal maneira que seu futuro é um risco, como qualquer especulação financeira. Quando as ações da Edison Schools caíram de \$21,68 na Nasdaq para menos de \$1, computadores, suprimentos de laboratório e instrumentos musicais foram vendidos para melhorar a saúde financeira da corporação. As salas ganharam novos alunos, os executivos da empresa, que para economizar \$9 mil mensais em alugueis desempenhavam suas atividades em ambiente escolar. A exploração disfarçada passa a ameaçar constantemente o elo mais fraco da sociedade, as crianças. Quando Chris Whittle, CEO da companhia, propõe que os alunos da Edison façam o trabalho de funcionários assalariados para que possa demitir 75 empre-

gados, não é visando a experiência e crescimento educacional dos alunos. Para as corporações a fragilidade da infância é um mercado a ser explorado (consumo) ou uma época para a exploração de um produto (criança).

Enquanto nos países desenvolvidos os danos às crianças atingem sua formação e sua saúde, através da mercantilização da educação e publicidade apelativa de fast-foods e fabricantes de brinquedos, com o objetivo transformar a criança em um consumidor voraz e em um humano individualista, nas periferias do mundo seu futuro já é privatizado com as políticas públicas do país. Trabalham mais que adultos no Brasil, em países da Ásia, para ganhar centavos de dólar por hora ou sucumbir à fome. Neste caso, a liberdade dos negócios acorrenta o futuro dos que nem conhecem o sentido de liberdade.

Bakan define o perigo da influência privada sobre a sociedade da seguinte forma:

“A natureza humana não é estática nem universal. Ela tende a refletir a ordem social em que as pessoas habitam. Ao longo da História, instituições dominantes estabeleceram papéis e identidades para seus súditos que ecoavam a própria natureza, necessidade e interesse da instituição: súditos tementes a Deus para a Igreja, senhores e vassallos para o regime feudal e cidadãos para o governo democrático. À medida que a corporação passa a dominar a sociedade, por meio, entre outras coisas, da privatização e da mercantilização, é inevitável que seu conceito ideal de natureza humana também se torne dominante, o que é assustador.

(...) e seu objetivo, como afirma Noam Chomsky, é “assegurar que os seres humanos com os quais ela interage, eu e você, também se tornem desumanos⁵⁷.”

Chegamos a tal ponto, que indivíduos se oferecem como publicidade viva para corporações para conseguirem financiar sua educação e defendem que este é um método para acabar com problemas sociais, gerados pelo próprio sistema em

⁵⁷BAKAN, Joel. *A Corporação: a busca patológica por lucro e poder*. São Paulo: Novo Conceito Editora. 2008. pg. 162

que os interesses particulares sobrepõem os coletivos⁵⁸.

Nossos valores criados desde a formação da sociedade e a ideia de que o humano é um animal social, encontram-se em risco, em constante deturpação e manipulação do conceito de que fazem parte da natureza humana o egoísmo e individualismo, seguindo a ideologia de Goebbels, Ministro da propaganda de Adolf Hitler, de que “uma mentira repetida mil vezes, torna-se uma verdade⁵⁹”.

Longe de ser um risco teórico, a diminuição da esfera estatal e de seus valores constituintes representam uma ameaça real para a existência e legitimidade do Estado. O renomado historiador inglês, Eric Hobsbawm, destaca em seu livro “Globalização, Democracia e Terrorismo” que:

“Nos últimos trinta anos, contudo, o Estado territorial perdeu, por várias razões, o monopólio tradicional das forças armadas, boa parte da sua própria estabilidade e do poder que anteriormente tinha e, cada vez mais, o sentido fundamental da legitimidade, ou pelo menos, da aceitação da sua permanência, que permite aos governos impor obrigações consensuais aos cidadãos, como o pagamento de impostos e o serviço militar. O equipamento necessário à guerra, assim como os meios para financiar guerras não estatais, está hoje amplamente disponível a entidades privadas. Nesse sentido, o equilíbrio entre os Estados e as organizações não estatais modificou-se. (...) Em casos extremos, como em algumas regiões da África, o Estado pode virtualmente deixar de existir; ou, como na Colômbia, deixar de exercer o poder sobre uma parte do território do país⁶⁰”.

Um Estado sem poder, sem força, não pode combater nem as desigualdades sociais dentro de seu território nem impedi-las de gerarem conflitos armados internos. A segurança nacional depende diretamente dos poderes e eficiência dos go-

⁵⁸Ibidem. Pg. 166.

⁵⁹Wikiquote, a coletânea de citações livre. Citações de Paul Joseph Goebbels. Disponível em <http://pt.wikiquote.org/wiki/Joseph_Goebbels> Acesso em: 06 de Agosto de 2013 às 17:28.

⁶⁰HOBBSAWM, Eric. Globalização, Democracia e Terrorismo. São Paulo: Companhia das Letras. 2007. Pg. 30 e 31.

vernos nacionais e de sua legitimidade perante a população. Exemplos das consequências geradas pela debilidade de um Estado corrompido e desestruturado são vistos na África Central. Nesta área os conflitos internos são sangrentos e se alastram para fora das fronteiras.

Em relação a sua legitimidade, é fato que quando o Estado consegue suprir as necessidades básicas de sua população, e desenvolve um sistema de bem-estar social, o apoio de seus nacionais é a maior, e sua disposição para a defesa de seu território e a colaboração passiva em obrigações solicitadas pelo governo é mais alta. Nenhum cidadão no mundo estará disposto a morrer por algo que não o representa, ou com o qual não tem nenhum laço de retribuição e dever voluntário. No entanto, o crescimento da ideologia do livre mercado fez com que o Estado abandonasse atividades tradicionais como serviços postais, segurança pública, sistema prisional, saúde, educação e até mesmo setores importantes que antes eram monopólio das forças armadas – no Iraque, empresas privadas de defesa, como a BlackWater, cumprem contratos firmados com o governo e empresas estadunidenses – em favor da iniciativa privada. Por estes motivos, os Estados nacionais soberanos encontram-se em crise.

Para Hobsbawm (2007), historicamente os governos dos Estados nacionais exercem sua autoridade sobre a população com base em três presunções: que o governo é a autoridade máxima dentro de seu território, que os habitantes aceitam de bom grado sua autoridade e que podem proporcionar a seus nacionais serviços que de outra maneira não poderiam ser prestados com efetividade, como a manutenção da lei e da ordem. No entanto, desde 1970, o retorno do que o historiador denomina como um “laissez-faire” ultrarradical que “critica o Estado e defende que seu papel tem que ser reduzido a qualquer preço” resultou na impossibilidade de assegurar as garantias à sociedade que justifiquem sua existência e manutenção, pondo

sua legitimidade em xeque e a autoridade do Estado em crise. Essa ilegitimidade estaria sendo reforçada e demonstrada na constante redução da participação popular em eleições, afinal, um governo eleito por 10 ou 20% do eleitorado (como em alguns casos da Europa), não representaria a sociedade como um todo.

A teoria do Contrato Social de Rousseau reafirma a ameaça a existência do Estado quando este não cumpre com o acordo que deu origem a sua criação, ou seja, o respeito a vontade geral:

“(...) o corpo político ou o soberano, não existindo senão pela integridade do contrato, não pode obrigar-se, mesmo com outrem, a nada que derogue este ato primitivo, como alienar uma parte de si mesmo ou submeter-se a um outro soberano. Violar o ato pelo qual existe seria destruir-se, e o que nada é nada produz.

(...) Ora, o soberano, sendo formado tão só pelos particulares que o compõem, não visa nem pode visar a interesse contrário ao deles (...)”⁶¹.

Empiricamente, verificamos a validade da afirmação tanto de Rousseau quanto Hobsbawm nos distúrbios populares que derrubaram governos em uma escala global nos últimos anos (tanto na América Latina quanto Oriente Médio), e nas revoltas populares contra medidas de austeridade e corte em gastos sociais (como as ocorridas em diversos países da Europa desde a crise financeira de 2008). A ineficiência dos Estados em garantir as necessidades básicas de sua população e seu progresso, ocasiona o abalo de sua legitimidade como representante popular, gerando instabilidade política e uma sinergia entre os nacionais com um objetivo comum: o fim da realidade imposta que os prejudica. Desta forma, teoricamente, o Estado descumprira a função pela qual foi criado, ou seja, promover o bem coletivo, e alienou-se a outro “soberano”, no caso o mercado, ou, a iniciativa privada.

⁶¹ROUSSEAU, Jean-Jacques. Os Pensadores: Rousseau. São Paulo: Editora Nova Cultural. 1999. pg.

O Estado diminuto, produto da política neoliberal, e corrompido pelos interesses particulares, é incapaz de cumprir com suas obrigações e responsabilidades assumidas com a população que o mantém e que o criou, afetando gravemente as estruturas e conceitos que lhe garantem a existência. Sua manutenção como refém dos interesses privados e corporativos em detrimento dos coletivos, acarreta em uma situação de insustentabilidade e dano social, uma vez que, atualmente, a predominância dos valores propagados pela esfera privada ameaça substituir valores sociais construídos há séculos que permitiram a vida humana em sociedade.

CONCLUSÃO

A associação de indivíduos originada da necessidade de sobrevivência levou a formação do Estado como entidade incumbida de garantir o bem coletivo e progresso social. Sua forma moderna é derivada de conquistas populares e sociais no decorrer da história, onde classes marginalizadas pela instituição estatal reclamaram através de revoluções o seu papel como ator e beneficiárias das políticas públicas. Em todos os episódios, durante sua existência, em que se deixou influenciar por outra instituição dominante ou por interesses de grupos organizados, perdeu sua legitimidade, viu seu fim e recomeço em uma nova base ideológica, como o ocorrido na “Comuna de Paris” ou nas revoluções socialistas que varreram o mundo a partir de 1917.

Seu ápice como instituição legítima e representante da população foi alcançado durante a Guerra Fria, onde ambos os sistemas – capitalista e socialista – tentavam provar a seus cidadãos que eram o mais benéfico para o progresso social e da civilização humana. Com a queda de um dos sistemas, o outro viu a desnecessidade, antes oportunista, de manter seu objetivo, bem logrado até então, de bem-estar social. Nas décadas que se

seguiram, o que se viu foi uma interferência extremada da iniciativa privada, ou seja, da vontade particular, sobre as políticas públicas que deveriam visar a coletividade.

A estrutura do Estado foi leiloada pelo mundo a preços módicos para o benefício de poucos, enquanto uma grande maioria revivia o abismo da desassistência estatal. As corporações e mega empresários tornaram-se os novos governantes escondidos atrás das cortinas, e substituíram a instituição estatal em quase todas suas antigas áreas de atuação, com uma diferença fundamental: o bem público deu lugar ao bem censitário.

Sem estrutura e dependente de uma esfera privada movida pelo lucro, o Estado se vê incapaz em oferecer à sociedade garantias e a satisfação das necessidades que fundamentam a sua existência, o que leva, sob uma análise histórica, ao risco de uma instabilidade política que pode colocar fim a sua forma atual, ou a existência, em diversos lugares, de Estados figurativos, sem existência real.

A desestruturação do Estado e sua inefetividade na proteção da sociedade não ameaça apenas a sua existência, e sim, a existência da própria sociedade. Diferentemente de outras épocas, e de outras instituições dominantes, a esfera privada, representante do mercado, ou, se preferir, do capital, vem impondo à sociedade seus valores deturpados, através de sua mercantilização. Seus mecanismos para obter o sucesso e lucro sem considerar a coletividade e os danos causados a ela, levam a uma aceitação tácita, e até mesmo o entendimento de que é normal e característico do humano ser egoísta e individualista.

No início, nos reunimos em sociedade visando o benefício comum, e agora corremos o risco de darmos as costas uns aos outros em um suposto benefício próprio. É a construção de um retrocesso histórico da civilização humana. Nos gabamos pela nossa diferenciação de outros animais pela capacidade de raciocínio, mas ignoramos que até mesmo o animal mais irra-

cional, vê na convivência coletiva uma forma de defesa e de sobrevivência.



REFERÊNCIAS

ALI, Tariq. *Na Venezuela e na Bolívia: Com Chávez em Caracas, e de volta à Cochabamba de Che Guevara e Morales*. Revista Piauí (online). Agosto de 2007. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-11/poder-de-ontem-hoje/na-venezuela-e-na-bolivia>>

BAKAN, Joel. *A Corporação: a busca patológica por lucro e poder*. São Paulo: Novo Conceito Editora. 2008.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13ª ed. 2007.

BBC Brasil. *Era Yeltsin marcou o surgimento da nova Rússia*. 23 de abril de 2007. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/repor-terbbc/story/2007/04/070423_boris_obituarioorg.shtml>. Acesso em: 24 de Julho de 2013 às 14:30

CARRANO, Pedro. *A Vale, empresa sem rosto e sem país*. Brasil de Fato. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/678>> Acesso em: 05 de agosto de 2013 às 19:45.

CASARO, Rita. IPEA. *Choque na conta de Luz*. Fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2913:catid=28&Itemid=23> Acesso em: 05 de agosto de 2013 às 21:21.

CEPAL. “*Pobreza y distribución del ingreso*”. 2003. Disponível em: <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/0/12980/Capitulo_I_2003_esp.pdf> Acesso em: 05 de agosto de 2013 às 22:27.

CEPAL. *Panorama Social de América Latina*. 2012. Pg. 22. Disponível em: <http://www.eclac.org/cgi-bin/getprod.asp?xml=/publicaciones/xml/5/48455/P48455.xml&xsl=/publicaciones/ficha.xsl&base=/publicaciones/top_publicaciones.xsl#>. Acesso em: 25 de Julho de 2013.

CIA. *The World Factbook*. Julho de 2013. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/pa.html>>. Acesso em: 15 de Julho de 2013 às 18:47.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA. *Parecer de Comissão, PAR 1 CCJ* Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadepremitacao?idProposicao=396937>> Acesso em: 05 de agosto de 2013 às 20:01.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA. *Proposta de Emenda a Constituição nº 171/2007*. Autor: Rogério Lisboa – DEM/RJ. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=513566&filename=PEC+171/2007>. Acesso em: 05 de agosto de 2013 às 19:41.

DEUTSCHE WELLE. *Investigador fiscal responsabiliza sonegação por crise na Grécia*. 8 de Junho de 2012. Disponível em: <<http://www.dw.de/about-dw/who-we-are/s-3325>>. Acesso em: 30 de Julho de 2013 às 15:36.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da família, da Propriedade*

- Privada e do Estado*. Trad. José Silveira Paes. 3 ed. São Paulo: Global, 1984.
- ÉPOCA. *Anatel suspende venda de chips de Claro, Oi e TIM*. Julho de 2012. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Negocios-e-carreira/noticia/2012/07/anatel-suspende-venda-de-chips-de-claro-oi-e-tim.html>> Acesso em: 05 de agosto de 2013 às 20:47.
- FOLHA DE S. PAULO. *Shell lidera lista de maiores empresas da "Fortune"; Petrobras é a 23ª*. , 10 de Julho de 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1117908-shell-lidera-lista-de-maiores-empresas-da-fortune-petrobras-e-23.shtml>>. Acesso em: 15 de Julho de 2013 às 18:27.
- G1. *América Latina concentra 10 dos 15 países mais desiguais, diz relatório*. 23 de Julho de 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/07/america-latina-concentra-10-dos-15-paises-mais-desiguais-diz-relatorio.html>>. Acesso em: 30 de Julho de 2013 às 10:41.
- GALEANO, *Eduardo*. *As Veias Abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 25ª ed. 1987.
- GIZMODO. *Em duas semanas, Anatel obriga empresas de telefonia a pagar R\$108 milhões em multas antigas*. Disponível em: <<http://gizmodo.uol.com.br/anatel-operadoras-multas-antigas/>> Acesso em: 05 de agosto de 2013 às 20:34.
- HALIMI, Serge. *Na Grécia, especuladores saíram sem perder um centavo*. Opéra Mundi. 18 de Julho de 2013. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniao/30087/na+grecia+especuladores+sairam+de+cena+sem+perde>>

- r+um+centavo.shtml>. Acesso em: 30 de Julho de 2013 às 15:13.
- HOBBSAWM, Eric. *Globalização, Democracia e Terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras. 2007. Pg. 30 e 31.
- IPEA. *Desafios do Desenvolvimento: O que é – Índice GINI?*. 01 de Julho de 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2048:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 30 de Julho de 2013 às 10:15.
- KLEIN, Naomi. *A Doutrina do Choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2008.
- MALUF, Sahid. *Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Editora Saraiva. 1991.
- MANO, Máira Kubik. *Justiça Federal admite rever privatização da Vale do Rio Doce*. 9 de Junho de 2013. Disponível em: <<http://www.pdt.org.br/noticias/justica-federal-admite-rever-a-privatizacao-da-vale-do-rio-doce>>. Acesso em: 05 de agosto de 2013 às 18:30.
- OECD . "*Country statistical profile: United Kingdom*", *Country statistical profiles: Key tables from OECD*. Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/economics/country-statistical-profile-united-kingdom-2013_csp-gbr-table-2013-1-en>. Acesso em: 26 de Julho de 2013 às 20:08.
- PARANHOS, Carlos Antônio da Rocha. *Uma longa transição: vinte anos de transformações na Rússia*. IPEA. Novembro de 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/digital/publica_001.html>. Acesso em: 24 de Julho de 2013 às 15:00.
- PERKINS, John. *As confissões de um assassino econômico*. São Paulo: Editora Cultrix. 2005.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011 – Sustentabilidade e*

- Equidade: Um futuro melhor para todos*. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais.aspx?indiceAccordion=2&li=li_RDHGlobais> Acesso em: 25 de Julho de 2013.
- R7 NOTÍCIAS. *Brasil tem a tarifa de celular mais cara do mundo*. Setembro de 2011. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/tecnologia-e-ciencia/noticias/brasil-tem-a-tarifa-de-celular-mais-cara-do-mundo-20110915.html>> Acesso em: 05 de Agosto de 2013 às 20:58.
- RIBEIRO JR., Amaury. *A Privataria Tucana*. Geração Editorial: São Paulo. 2011.
- RIZZI, Christian. *Gazeta do Povo*. *TCE sugere pedágio mais barato para compensar lucro maior*. Julho de 2013. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/contento.phtml?id=1388184&tit=TCE-sugere-pedagio-mais-barato-para-compensar-lucro-maior>> Acesso em: 05 de agosto de 2013 às 23:23.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Os Pensadores: Rousseau*. São Paulo: Editora Nova Cultural. 1999.
- TECMUNDO. *Brasil: país tem a internet móvel mais cara da América Latina*. Agosto de 2013. Disponível em: <<http://www.tecmundo.com.br/brasil/42756-brasil-pais-tem-a-internet-movel-mais-cara-da-america-latina.htm>> Acesso em: 05 de agosto de 2013 às 21:00.
- UNITED NATIONS. *National Human Development Report in the Russian Federation 2010: Millenium Development Goals in Russia: Looking into de Future*. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/national/europethecis/russia/Russia_NHDR_2010_EN.pdf>. Acesso em: 25 de Julho de 2013 às 14:45

- UNITED NATIONS. *International Human Development Indicators*. 2013. Disponível em: <<http://hdrstats.undp.org/en/countries/profiles/RUS.html>>. Acesso em: 25 de Julho de 2013 às 10:00.
- VEJA ON-LINE. *Quando e como se deu o processo de privatização no Brasil*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/privatizacoes/01.html>>. Acesso em: 05 de agosto de 2013 às 16:39.
- VI O MUNDO. *IstoÉ: Rombo tucano em São Paulo foi de R\$425 milhões*. Julho de 2013. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/istoe-assalto-tucano-em-sao-paulo-foi-de-r-425-milhoes.html>> Acesso em: 05 de agosto de 2013 às 23:10.
- VILELA, Flávia. Agência Brasil. *Pobreza no país diminuiu 67% desde o Plano Real até 2010, aponta FGV*. Maio de 2011. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-05-03/pobreza-no-pais-diminuiu-67-desde-plano-real-ate-2010-aponta-fgv>> Acesso em: 05 de agosto de 2013 às 22:20.
- WIKIQUOTE, a coletânea de citações livre. *Citações de Paul Joseph Goebbels*. Disponível em <http://pt.wikiquote.org/wiki/Joseph_Goebbels> Acesso em: 06 de Agosto de 2013 às 17:28.